



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**CAMPUS DO SERTÃO**

Tailde Correia da Silva

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA**

Delmiro Gouveia – AL

2020

**TAILDE CORREIA DA SILVA**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão, como parte dos requisitos para obtenção de título de graduação em Pedagogia.

ORIENTADORA: Prof. Dr. Ana Cristina Conceição Santos.

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586g Silva, Tailde Correia da

A gestão democrática em uma escola indígena / Tailde Correia da Silva. – 2020.  
102 f. : il.

Orientação: Ana Cristina Conceição Santos.  
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2020.

1. Educação indígena. 2. Gestão democrática. 3. Aldei Jeri-  
pankó. 4. Pariconha - Alagoas. I. Santos, Ana Cristina Concei-  
ção. II. Título.

CDU: 37.09

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TAILDE CORREIA DA SILVA**

### **A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão, como parte dos requisitos para obtenção de título de graduação em Pedagogia.

**ORIENTADORA:** Prof. Dr. Ana Cristina Conceição Santos.

Aprovada em: 24 de setembro de 2020

#### **Banca examinadora:**

Orientador(a)



**Profa. Dra. Ana Cristina Conceição Santos**

1º Examinador(a)



**Profa. Dra. Maria Aparecida Silva**

2º Examinador(a)



**Profa. Dra. Marilza Pavezi**

Dedicatória

*Para a pessoa que me deu a liberdade de voar me ensinando a importância do respeito. Dedico este trabalho para meu guerreiro, meu amado pai que hoje que irradia o céu com sua luz. (Luís)*

*“Quando ninguém pensava em democracia, eles já tinham as caras pintadas” (autor desconhecido)*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha trajetória acadêmica este trabalho faz parte de um momento muito importante da minha vida, em que determina um caminho de conquistas referente a minha formação. Dessa maneira, agradeço primeiramente a Deus que é nosso criador e as forças da natureza, os encantados de luz que direcionam toda minha história e meu saber cultural fortalecendo a minha alma.

Ao meu amado Pai Luís que não está presente fisicamente nesse plano, mas que sempre me apoiou e me ensinou com todo amor o sentido do respeito. A minha mãe Elisete que sempre me ajudou, em especial a minha irmã Tainá pelo apoio e por sempre acreditar no meu potencial, a Edilma Correia que foi uma inspiração na escolha do curso. Agradeço a todos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado.

Minha eterna gratidão a minha professora Ana Cristina que me direcionou neste trabalho com empenho e dedicação, com paciência, amor e respeito. Meu muito obrigada as professoras Marilza Pavezi e Maria Aparecida que aceitaram o convite para participar da banca.

Gratidão aos meus parentes da aldeia Jeripankó, ao Cacique Genésio Miranda e ao meu tio Pajé Elias Bernardos, que me permitiram mostrar um pouco da nossa história e acima de tudo demonstram o amor a divindade espiritual, a todos que contribuíram nesta pesquisa principalmente aos integrantes da Escola Estadual Indígena.

Agradeço a minha turma de pedagogia que esteve comigo ao longo da minha formação compartilhando e construindo conhecimentos, a minha equipe de trabalho Luizy Raiane, Quesia, Maria Laura, Silvan e Vanessa em especial a minha grande amiga Edvânia que sempre esteve do meu lado dentro e fora do ambiente acadêmico, gratidão a Edjane, Rita e Raqueline pelo carinho, atenção, disponibilidade, incentivo. Meu muito obrigada a Thaís Lima pela disponibilidade e troca de conhecimentos, ao meu grande amigo Denilson Diniz e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ao qual me ajudou bastante entre incentivos, orientações e a Janicléia Feitosa que faz parte da minha trajetória. Agradeço a minha turma de viagem, a qual compartilhamos os melhores momentos em especial a Edvânia, Aninha, Geo, Paulinha, Carmel e Vivi.

Aos meus professores do curso de pedagogia pelos ensinamentos por fortalecerem meus conhecimentos, pelo respeito a minha identidade enquanto indígena e possibilitarem visibilidade através de várias discussões. De modo geral, agradeço a todas as pessoas que

contribuíram para realização deste trabalho e se fizeram presente direta ou indiretamente na conclusão deste ciclo.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta as relações presentes no espaço educacional, tendo por objetivo analisar como acontece a gestão democrática de uma escola indígena nas relações de parcerias com comunidade, especificamente em uma Escola Estadual Indígena, situada na aldeia Ouricuri, município de Pariconha, alto sertão alagoano. É importante enfatizar a interação entre escola e comunidade pressupondo o processo de ensino e aprendizagem desenvolvida na aldeia Jeripankó, assim percorremos sob as especificidades do ensino diferenciado que tem como base a história e cultura local. Dessa forma, os povos originários indígenas carregam em si um sentido de educação, ocasionada pela troca de conhecimentos vindo dos mais velhos, mas a contemporaneidade exige a sistematização do ensino, em função disto, buscam respeito, visibilidade e igualdade. Nos procedimentos metodológicos desenvolvemos um estudo de cunho qualitativo, exploratória e bibliográfica que direcionou todo levantamento de dados e utilizamos como técnica entrevistas semi-estruturadas, fundamentando-se em embasamentos teóricos referenciados por: Bastos, 2005; Brasil, 1998, 2004; Gadotti, 2014; Lück, 2009; Vasconcellos, 1982; Cury, 2005; Picanço, 2012; Silva 2016; entre outros. Portanto, vê-se que a busca pela democracia dentro de uma aldeia entrelaça simultaneamente direitos e deveres em vista de uma parceria de respeito multicultural aos saberes vindos da força da natureza e da comunidade.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática, Educação Indígena, Povo Jeripankó.

## **ABSTRACT**

This course conclusion paper presents the relationships present in the educational space, with the objective of analyzing how the democratic management of an indigenous school takes place, aiming at partnership relations with the community, based on the school and social dual, specifically in an Indigenous State School, located in the village of Ouricuri, municipality of Pariconha in the highlands of Alagoas. It is important to emphasize the interaction between school and community, assuming the teaching and learning process developed in the village Jeripankó, so we go through the specificities of differentiated education that is based on local history and culture. In this way, indigenous peoples carry with them a sense of education, caused by the exchange of knowledge from their elders, but contemporaneity requires the systematization of teaching, as a result, they seek respect, visibility and equality. To the methodological procedures we developed a qualitative, exploratory and bibliographic study that directed all data collection, which we conducted the research through semi-structured interviews, based on theoretical foundations referenced by: Bastos, 2005, Brazil, 1998, Brazil, 2004, Gadotti, 2014, Lück, 2009, Vasconcellos, 1982, Cury, 2005, Picanço, 2012, Silva 2016, among others. Therefore, it can be seen that the search for democracy within a village simultaneously intertwines rights and duties in view of a partnership of multicultural respect for knowledge coming from the force of nature and the community.

**Keywords:** Democratic Management, Indigenous Education, Jeripankó People.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Mapa conceitual da estrutura do trabalho. ....	17
Figura 2: Estrutura da relação escola e comunidade no ambiente pesquisado.....	86-87

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Etapas das primeiras escolas diferenciadas no Brasil .....	45
QUADRO 2: Número de alunos da Escola Estadual Indígena .....	61-62
QUADRO 3: Profissionais da Escola Estadual Indígena .....	62

## **LISTA DE SIGLAS**

CF- Constituição Federal

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP- Projeto Político Pedagógico

RECNEI- Referencial Curricular Nacional para as Escola Indígenas

SIL- Summer Institute of Linguistics (Instituto de Linguística)

SPI- Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN- Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Localização de Trabalhadores Nacionais

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. CONCEITUANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>18</b>
1.1 A Gestão Democrática no contexto escolar.....	19
1.2 Contexto histórico da Gestão Democrática .....	19
1.3 Gestão Democrática: Participação e Autonomia .....	25
1.4 Dificuldades e desafios da gestão escolar na contemporaneidade.....	33
1.5 O Projeto Político Pedagógico na Ação Educativa .....	366
<b>2. A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO INDÍGENA.....</b>	<b>40</b>
2.1 Percurso histórico da Educação indígena .....	40
2.2 Ensino diferenciado .....	44
2.3 Gestão Escolar Indígena e Gestão Democrática.....	49
2.4 Análise Geral do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) .....	52
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>56</b>
3.1 Direcionamentos da pesquisa .....	60
3.2 História do Povo Jeripankó: Lutas e Conquistas .....	60
3.3 Descrição do campo de pesquisa .....	61
3.4 Espaço físico da escola.....	61
3.5 Funcionários da escola.....	61
<b>4. ANÁLISE GERAL .....</b>	<b>63</b>
4.1 Resultados e discussões .....	63
4.2 Pesquisa realizada com as famílias.....	63
4.3 Segundo entrevistado.....	67
4.4 Terceira entrevistada.....	69
4.5 Quarta entrevistada .....	72

4.6 Entrevista com o cacique da aldeia Quicuri.....	74
4.7 Entrevista com o diretor da Escola José Carapina.....	77
4.8 Entrevista com a coordenadora da Escola José Carapina.....	77
4.9 Resultado geral da pesquisa.....	85
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>944</b>
<b>APÊNDICE - A.....</b>	<b>977</b>
<b>APÊNDICE - B .....</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa analisar a gestão democrática de uma escola indígena, a partir da relação escola e comunidade, enfatizando as interações participativas diante da história e cultura presentes na escola-comunidade. Portanto, a pesquisa tem um viés direcionado ao contexto educacional e social vivenciados por cada indivíduo dentro do espaço cultural.

Nesse sentido, o tema estudado foi “A Gestão Democrática em uma Escola Indígena”, uma escola estadual situada na aldeia Ouricuri, município de Pariconha, alto sertão alagoano, pondo em questão o posicionamento da gestão em função a participação dos integrantes da escola e da comunidade, em que se torna necessário ressaltar questões políticas para satisfazer o currículo escolar e as metodologias presentes.

A educação indígena tem como propósito garantir uma educação escolar de qualidade, ampliando um ensino específico e diferenciado que contemple os níveis fundamental e médio de modo a manter os costumes e os valores dos povos indígenas.

Para alcance de respostas e resultados foi analisado como a história e cultura indígena são trabalhadas na escola, de modo a compreender a gestão democrática escolar em uma escola estadual localizada em uma comunidade indígena e assim delimitar alguns pontos nevrálgicos em relação as diferenciações de uma gestão democrática em uma escola indígena.

Os povos indígenas têm uma grande luta de reconhecimento, valorização cultural e educacional, o qual torna-se necessário relacionar os saberes indígenas dentro da democratização escolar, em que a gestão se posiciona no setor educativo encaminhando uma relação participativa e coletiva entre escola e a comunidade indígena.

Nesse contexto, é preciso analisar as práticas tradicionais sobre o aspecto cultural pedagógico, considerando ainda o espaço indígena para compreender a importância da diversidade na realidade social. Nessa perspectiva Saviani (2011) afirma que:

[...] uma educação em ato, que se apoiava sobre três elementos básicos: a força da tradição, constituída como um saber puro orientador das ações e decisões dos homens; a força ação, que configurava a educação como um verdadeiro aprender fazendo; e a força do exemplo, pelo qual cada indivíduo adulto e, particularmente, os velhos ficavam imbuídos da necessidade de considerar suas ações como modelares,

expressando em seus comportamentos e palavras o conteúdo da tradição tribal. (SAVIANI, 2011, p. 38).

Nesse sentido, é desafiador manter uma inter-relação dos saberes culturais a vários conhecimentos universais. Para tanto, a educação é um direito de todos, embasando a diversidade sociocultural que deve ser existente nos sistemas de ensino, sendo que a aprovação da Constituição Federal de 1988 é uma forte contribuinte na legitimidade educacional.

A escolha desse tema se deu pela vivência e experiência da pesquisadora indígena, dentro do espaço educacional formal e informal na aldeia Ouricuri no município de Pariconha no alto sertão alagoano.

De início o que motivou estudar a gestão democrática foi a sua perspectiva construtora de autonomia e participação referente aos conhecimentos obtidos na escola e na aldeia pelos próprios povos e educadores indígenas.

Essa questão da gestão escolar confronta também o posicionamento da comunidade no âmbito educativo, já que estes exercem influência durante a sua formação e na construção de sua identidade, levando em conta a formação docente, a forma como a cultura e história é tratada e utilizada no âmbito escolar e os benefícios que isso traz no desenvolvimento dos alunos e envolvidos, trazendo assim, a necessidade de refletir sobre a questão cultural perante a diversidade e a construção da identidade na formação do aluno.

Refletindo a prática pedagógica sobre os valores e princípios socioculturais rumo à conjunção participativa entre escola e comunidade.

Um currículo democrático, que respeite a diversidade política, cultural e linguística, tem de oferecer a possibilidade de que todos os alunos e alunas compreendam a história, tradição e idiossincrasia da sua própria comunidade. Isto implica necessariamente em conhecer também a dos demais povos do Estado, no marco de uma filosofia de respeito, colaboração e solidariedade. (SANTOMÉ, 1998, p.133)

Desse modo, trabalhar o currículo de acordo com as particularidades do aluno é fundamental para o desenvolvimento e para a construção da identidade de cada cidadão, no qual são os contextos históricos culturais vividos na sociedade que exercem grandes influências no desenvolvimento e aprendizagem, impulsionando autonomia, interação e inclusão social.

É de grande importância que o plano pedagógico da escola evidencie que é possível conviver com a diversidade dentro e fora da sala de aula, abordando isto como um fator positivo no aprimoramento de saberes e no ato pedagógico do ensino e aprendizado coletivo e individual. Este trabalho dá ênfase a princípios e valores educacionais, voltados ao papel da instituição na era moderna que mediante grandes transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, mantém ainda o ensino tradicional na escola.

As dificuldades presentes relacionam-se a gestão democrática que inclui todos os integrantes, pois a chamada ação coletiva direciona-se para questões de organização, administração e infraestrutura no setor educativo. A gestão deve influenciar e incentivar os profissionais a buscar novos conhecimentos se especializando em uma formação contínua.

Nesse sentido, é consistente mostrar uma análise e reflexão a respeito da realidade da gestão mediada no espaço escolar indígena sobre as dificuldades contidas no campo educacional e cultural. Com isso, é fundamental observar os princípios da cultura indígena vivida dentro da aldeia e com autonomia da gestão, sendo necessário levantar questionamentos a respeito da problematização acerca do tema.

Dessa forma, será que existe uma articulação democrática entre ambos? Será que os dirigentes da escola consideram as vivências da aldeia? Será que realmente existe uma participação coletiva?

É preciso que haja uma participação contínua não só da gestão, mas das próprias famílias, pois estes são fundamentais para o desenvolvimento e o aprendizado do aluno. É necessário um trabalho em conjunto entre escola-comunidade, pois, a parceria sendo indispensável, é o primeiro passo para obtermos um bom índice na qualidade ensino.

Assim, emergem questionamentos que direcionaram a pesquisa, primeiro como relacionar a cultura e história indígena com a gestão democrática? E conseguinte se a cultura e história indígena está sendo realmente contemplada dentro desse espaço escolar?

A metodologia utilizada nesta pesquisa tem um caráter qualitativo pela análise técnica de entrevistas semiestruturadas, seguida pelo método exploratório e bibliográfico, pautando-se nas ideias de Gil (1994) e Severino (1941). Participaram da pesquisa alguns membros da aldeia Jeripankó e integrantes da escola da comunidade, situada no município de Pariconha no alto sertão alagoano, a realização da coleta de dados destinou-se a um período que teve a durabilidade cerca de um ano a partir do levantamento bibliográfico.

Este TCC está estruturado em quatro capítulos:

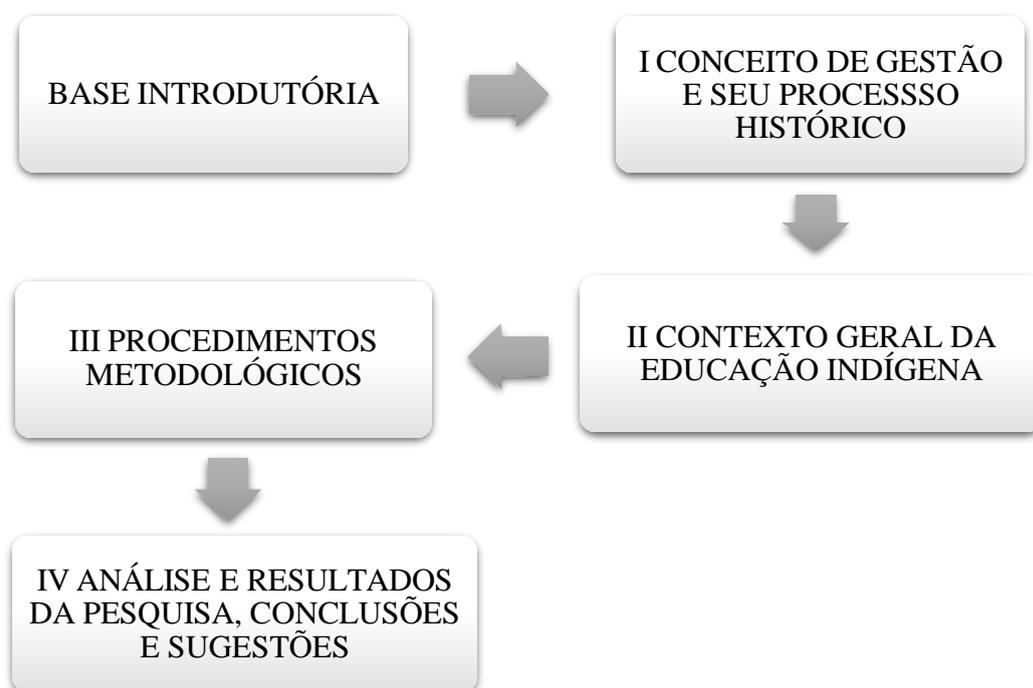
A primeira parte do trabalho apresenta uma abordagem introdutória aos seguimentos que serão discutidos nos demais capítulos, focalizando o objetivo geral da pesquisa, problemática e metodologia, prosseguindo o contexto geral da gestão democrática especificamente da Escola Estadual Indígena.

O primeiro capítulo aborda o conceito de gestão percorrendo a história geral da Gestão, sob embasamentos teóricos dos regimentos legais que definem a gestão democrática, apresentando ainda as dificuldade e desafios na contemporaneidade, o projeto político pedagógico e participação e autonomia.

O segundo capítulo apresenta o contexto histórico da educação indígena, o ensino diferenciado, gestão escolar indígena e gestão democrática e por fim uma análise geral do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI).

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, destacando o caráter da pesquisa, os sujeitos que participaram e a história local do ambiente estudado.

O quarto capítulo apresenta a análise geral dos resultados da pesquisa envolvendo respectivamente as entrevistas, finalizando com a conclusão geral de todo estudo.



## **1. CONCEITUANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Neste primeiro capítulo, foram abordados a definição de gestão democrática com a finalidade de entender os processos burocráticos que giram em torno da sistematização de ensino, visto que a democracia na sociedade brasileira percorre por diferentes momentos de lutas e conquistas em busca de autonomia e direitos.

Consideramos ainda, os caminhos históricos que percorrem a legitimidade da gestão democrática problematizando as reflexões da contemporaneidade.

### **1.1 A Gestão Democrática no contexto escolar**

A gestão democrática ressalta que a transparência, participação, autonomia e administração vem reestruturando o setor social e educacional. Afinal, o que é Gestão Democrática e quais caminhos devem percorrer?

Em torno dessa questão a gestão democrática é definida de modo geral como a chave da administração escolar, tendo em vista que dentro do âmbito de ensino e aprendizagens deve sempre haver uma ação coletiva para subsidiar o funcionamento do processo educativo, uma organização com mecanismos que afirmem a construção de sujeitos autônomos e participativos possibilitando uma abertura democrática e conseqüentemente uma educação de qualidade.

Nesse sentido, gestão, segundo Cury (2002, p.164), tem origem etimológica que “provém do latino gero, gessi, gestum, que significa lavar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer e gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito. [...] é o ato pelo qual se traz em si e de dentro de algo novo”. Dessa forma, o sentido da gestão segue por um aparato social viabilizando desde sua origem, aspectos sobre o desenvolvimento administrativo das instituições.

Diante dessa perspectiva:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática (CURY, 2002, p.173).

Nesse sentido, a gestão entra no campo educativo como uma forma de transformação na mediação da organização escolar, enfatizando uma ação conjunta e despertando o diálogo entre todos. Trabalhar com a gestão, é trabalhar no sentido de participação entendendo que o poder de liderança vai além de um único integrante, consistindo em relações que se façam presentes e focalizando assim, a escola-comunidade- professor(a) e aluno(a).

Mas a gestão democrática poderá constituir um caminho real de melhoria da qualidade de ensino se ela for concebida, em profundidade, como mecanismo capaz de alterar práticas pedagógicas. Não há canal institucional que venha a ser criado no sistema público de ensino que, por si só, transforme a qualidade da educação pública, se não estiver pressuposta a possibilidades de redefinição e se não existir uma vontade coletiva que queira transformar a existência pedagógica concreta (BASTOS, 2005, p. 54).

Dessa maneira a gestão democrática deve fundamentar-se no preceito de transformação e modificação da ação pedagógica, sendo politicamente seguida por regras instituída dentro da democratização da qualidade de ensino, que por sua vez é alcançada com a ação coletiva.

## **1.2 Contexto histórico da Gestão Democrática**

A força política se fez e faz presente em nossa sociedade, uma vez que se tratando de democracia política e partidária percorremos ao início da chegada dos portugueses quando começam a impor a autocracia sobre os direitos indígenas, assim, a busca por uma sociedade democrática com condições de um ensino igualitário e para todos passa por constantes tensões, e desafios, mas sempre com o ideal de melhoria.

De modo geral, a gestão democrática passa por grandes transformações ao longo dos anos, tendo em vista que seu contexto histórico caminha por um viés que gerencia inúmeros desafios permeado no sistema de ensino, sendo que a educação brasileira configura-se em um trabalho que viabilize ações e saberes específicos sob dimensões normativas e administrativas que categorizam a ação educativa, uma vez que passa por fortes demandas políticas e sociais, permitindo pontos e contrapontos diante a estabilização do ensino.

Tanto quanto um direito, a educação é definida, em nosso ordenamento jurídico, como dever: direito do cidadão – dever do Estado. Do direito nascem prerrogativas próprias das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar de algo que lhes pertence como tal. Do dever nascem obrigações que devem ser respeitadas tanto da parte de quem tem a responsabilidade de efetivar o direito como o Estado e seus representantes, quanto da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações. Se a vida em sociedade se torna impossível sem o direito, se o direito implica em um titular do mesmo, há, ao mesmo tempo, um objeto do direito que deve ser protegido inclusive por meio da lei. (CURY, 2007, p. 01).

Conforme as ideias apresentadas, a educação é um direito de todos os cidadãos no qual a sistematização nacional de ensino é revigorada em cima de leis seguida por normas da Constituição Federal que reafirma e garante a igualdade para todos, é evidente que a trajetória histórica em busca de uma sociedade democrática nos aspectos políticos e social implica diretamente na estruturação funcional de uma ordem organizacional no sistema de educação.

Quando se fala em educação para a formação o cidadão é esse pressuposto o que se deve estar por trás: o de que, como condição para elevar-se a um nível humano de liberdade, diferenciando-se da mera necessidade natural, o indivíduo precisa atualizar-se historicamente pela apropriação de um mínimo saber alcançado pela sociedade da qual ele faz parte (BASTOS, 2005, p. 61).

Nessa perspectiva, para compreender as demandas que a gestão democrática oferece ao ensino, apresentamos um percurso histórico que evidência gradualmente o início da democratização do ensino público no Brasil. Por volta dos anos 60 a luta pela democracia social embarca constantes conflitos ao anseio de uma nova administração educacional.

A fim de acabar com políticas opressoras, uma boa parte da população organizou manifestos sociais na tentativa de impor leis que efetivassem uma democratização para além de uma organização e administração social, uma vez que o sistema buscasse favorecer direitos igualitários em busca de uma educação para todos.

O golpe de 1964 trouxe consigo a interrupção da gravidez de muitas promessas de democratização social e política em gestação, inclusive da educação escolar e popular do Brasil, o regime militar por sua forma

política de se instalar e de ser, acabou por instaurar, dentro do campo educacional, em comandos (gestão?) autoritários e mandamentos legais os quais, por sua vez, se baseavam mais no direito da força do que na força do direito. (CURY, 2002, p.164).

<sup>1</sup>Nesse sentido, a ação do regime militar na sociedade trouxe consigo marcas voltadas ao autoritarismo e disciplina, relacionando-se a questão obediência e controle, isso acabou recaindo nas dimensões escolares, que por sua vez é entrelaçada pelas políticas de poder. Assim, conforme foi citado não só no campo educacional, mas também na ordem social, a administração caminhava no direito da força, isto é, o que de fato estava em foco era a hegemonia do poder.

A educação é um processo organizado, sistemático e intencional, ao mesmo tempo em que é complexo, dinâmico e evolutivo, em vista do que demanda não apenas um grande quadro funcional, como também a participação da comunidade, dos pais e de organizações diversas, para efetivá-lo com a qualidade necessária que a sociedade tecnológica da informação e do conhecimento demanda. (LÜCK, 2009, p.19)

Portanto, o processo educativo é desenvolvido por um grupo de pessoas, sendo formado por todos integrantes da escola e da comunidade. Em voltas dos anos 80 em que o país passava por um período extremamente difícil de transição política, industrial e no grau de desenvolvimento econômico, a educação brasileira ainda permanecia as margens do regime elitista, gerido pela autocracia e interesses particulares de poder. Dessa maneira, a política governamental firmou uma educação para as elites, deixando as pessoas com baixa condições econômicas sem o direito a escolarização.

Atrevemo-nos em dizer que as discussões interpretadas como o desempenho democrático dos cidadãos representantes do povo, em sua maioria, faziam jus às vontades das vertentes políticas forçadas pela quebra de braço, instituída pelo orgulho, vaidade pessoal e reforçada por propagandas na mídia. Isto promoveu os partidos e os seus membros ilustres, alimentando os meios de comunicação - os mesmos que serviram à ditadura militar – com milhares de cruzeiros, e o povo,

---

<sup>1</sup> Chama-se de autocracia ao tipo de governo cuja **lei** máxima é a vontade de um único indivíduo. Em uma autocracia, uma pessoa detém a totalidade do **poder**. A noção também pode **ser** usada quando um **grupo** de sujeitos exerce poder sem limitações ou regulamentos. Disponível em: <https://conceito.de/autocracia>. Acesso em: 04/06/2020.

em sua maioria, no papel de telespectador. O povo, afora alguns saudosistas, já se contentava com o fim da ditadura militar, acreditando que o que viesse a seguir seria de grande valia. (SILVA, 2016, p.03)

É nessa perspectiva de educação que o sistema de ensino deve seguir, considerando uma participação contínua de todos que buscam a melhoria da qualidade de ensino. A democracia do país foi ganhando espaço a partir de políticas sociais com a universalização do voto possibilitando o exercício da democracia. Dessa forma Cury (2002, p. 166) concerne que “o voto universal representa um avanço sobre o elitismo dos que se consideravam acima dos outros e os impediam de uma cidadania ativa ou reagiam contra os que não se conformavam com a limitação de direitos da cidadania”.

De acordo com as ideias de Silva (2016) a partir da abertura eleitoral:

[...]Inicia-se um novo panorama político que proporcionará aos cidadãos e cidadãs a participação na sociedade, possibilitando-o (a)s a voz e voto nas decisões políticas e na escolha dos representantes. Deste modo, um novo momento histórico é presenciado pelos brasileiros e brasileiras: a redemocratização do país. (SILVA, 2016, p. 05)

O contexto organizacional da sociedade vivia ministrado pelo sistema administrativo, o qual considerava-se engajados a tal sistema a estrutura educacional, política e social. Propriamente a partir de 1990 a gestão educacional passa a ser reestruturada, diante uma sociedade inteiramente limitada referente aos avanços no sistemas de ensino, vista a uma única linha de pensamento, foi perceptível a necessidade de novas dimensões ideológicas e pedagógicas a atuar criticamente em função de uma demanda coletiva e participativa na sociedade, isso acarretaria em um trabalho com um novo paradigma, possibilitando desenvolver uma autonomia caracterizada pela consistência de uma qualidade de ensino.

[...] a mudança de paradigma que estabelece uma mudança do enfoque de administração para o de gestão, que vem ocorrendo no contexto das organizações e dos sistemas de ensino, como parte de um esforço fundamental para a mobilização e articulação do desempenho humano e promoção da sinergia coletiva, em seu contexto, voltados para o esforço competente de promoção da melhoria do ensino brasileiro e sua evolução. (LÜCK, 2011, p. 35)

A mudança paradigmática do sistema administrativo para a gestão educacional, discorre pela superação da fragmentação entre um sistema de controle, limitado e robótica, para assim inserir uma administração interativa e participativa em busca de resultado no campo educacional. Uma sinergia articulada corresponde a responsabilidade e autonomia da gestão educacional e democrática, se fazendo presente em nossa realidade social, o qual entre passes e impasses de um período de mudanças, viabilizava o alcance da democracia em vista de uma educação igualitária e de qualidade.

Falar de gestão e democracia na educação brasileira, é sobrepor lutas por direitos a margem de relações políticas e socioculturais, construindo e reconstruindo dentro de um sistema gerido pelo poder político. Compreender a realidade atual é não silenciar diante dos desafios ao sistema, se reconstruindo pelo desejo de mudanças em prol aos benefícios do povo. Concordamos com Ferreira quando afirma que:

A administração escolar configura-se, antes do mais, em ato político, na medida em que requer sempre uma tomada de posição. A ação educativa e, conseqüentemente, a política educacional em qualquer das suas feições não possuem apenas uma dimensão política, mas é sempre política, já que não há conhecimento, técnica e tecnologias neutras, pois todas são expressão de formas conscientes ou não de engajamento. (FERREIRA, 2013, p.101)

A evolução e transformação da administração em questões educacionais, reestruturou o quadro educativo configurando-se na ampliação do ensino pela gestão democrática, em que centraliza-se uma conjunção participativa, autônoma, articulada e reflexiva, tendo em vista que a partir desse caminho encontra-se um norte para estabilizar uma administração para democracia e educação.

É evidente que democracia e política são termos indissociáveis, sendo que o quadro político reflete ao sistema funcional de educação, pela administração geral das cargas fortalecidas de preceitos a serem legalizados vindo de instâncias maiores que governam o país. Nesse sentido, é admissível ressaltar a importância da implementação de uma gestão democrática e participativa que transmita transparência sobre os direitos dos cidadãos.

Relembramos ainda que as reformas educacionais implementadas desde a década de 1990 em vários países do mundo pretenderam “modernizar” os sistemas educacionais: o objetivo visado era torná-los mais “flexíveis” e, assim, mais eficazes. Em especial, as escolas

públicas foram consideradas burocráticas, rígidas, ineficientes, em contraste com as organizações do setor privado, consideradas mais produtivas. O discurso da modernização das escolas não colocava em questão apenas sua eficácia; questionava de fato os princípios e as finalidades da educação, em especial o seu caráter público e democrático.

([moodle3.mec.gov.br/ufrn/file.php/1/gestores/vivencial/.../atuacaogestorescolar](https://moodle3.mec.gov.br/ufrn/file.php/1/gestores/vivencial/.../atuacaogestorescolar)).

Dessa forma, pedidos de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello (1992)<sup>2</sup>, a população foi ganhando forças para enfrentar as posições governamentais, enfatizando a implementação de uma gestão dentro dos âmbitos escolares. A partir disso as reformas educacionais direcionam novas buscas condições de vida, rumo a educação e políticas públicas.

A luta pela democratização brasileira passou por inúmeras reformas no sistema de ensino, considerando que democratizar está inteiramente ligada a questões políticas em busca do poder. Dessa forma, inicialmente questiona-se a base dos movimentos sociais que reivindicavam o direito a voz, a autonomia e a liberdade de expressão, compreende-se que a reivindicação foi um grito por igualdade de direitos e uma democratização libertária em busca de um ensino para todos.

A gestão democrática estabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva na escola, e facilita a luta por condições materiais para aquisição e manutenção dos equipamentos escolares, bem como por salários dignos a todos os profissionais da educação (BASTOS, 2005, p. 08).

Diante disso, pode-se contextualizar a gestão democrática em meio a várias funções no setor educativo, sendo imposta no ensino público como proposta política e necessária para garantia dos direitos e deveres dos cidadãos. Para tanto, as manifestações públicas não acarretaram de início o sucesso, mas foi o primeiro passo para abertura de novos questionamentos e inserção de leis que garantissem os direitos humanos.

Assim, tomamos a implementação das leis constitucionais como parte fundamental para o avanço da educação brasileira, pois foi a partir de tais princípios que

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre o impeachment sugiro a reportagem no link: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-foi-o-impeachment-de-collor/>

manifestações realizadas em busca de melhorias na questão burocrática do país acabaram ganhando forças, fato que de alguma forma manifestos acabou surtando efeitos, um certo incômodo governamental, que por sua vez teve que olhar para gritos que clamavam democracia, igualdade e qualidade para todos os cidadãos, isso para impor melhores condições e oportunidades. Dessa maneira, a história da educação brasileira passa por grandes desafios e inúmeras mudanças, uma vez que em cada época surge novas necessidades.

### **1.3 Gestão Democrática: Participação e Autonomia**

Referindo-se a democracia educacional e social, é importante situar o conceito geral de democracia, sendo entendida pelo ato que gere uma política de uma sociedade cívica. Assim, legitimar a população sob os direitos sociais é um ponto crucial na construção de uma cidadania independente, participativa e autônoma.

Dessa forma de acordo com Saviani (2017, p.654) “a democracia se configura como um regime político baseado na soberania popular. Ou seja, nesse regime o soberano não é mais o rei, um monarca, mas o próprio povo que passa a deter a prerrogativa de escolher os governantes”. A democracia entra no setor educativo como uma chave transformadora na criticidade humana, uma vez que educa a humanidade a usufruir da liberdade de expressão.

A democracia se apresenta como modelo de organização política, consequência da evolução social contemporânea. É fundamento das decisões coletivas responsáveis pela contingência dos anseios e necessidades sociais que visem à perpetuação do contrato social. Além disso, suas premissas teóricas são o que sustentam a legitimidade da ficção-Estado cerceamento lícito da liberdade individual. (TONET, 2016, p. 02)

Dessa forma, frisar o estabelecimento de leis que afirmem processos que desenvolvam a qualidade educacional é fundamental na promoção de demandas políticas que assegure a ação coletiva.

A partir desse contexto, a gestão democrática é um tema bastante discutido no âmbito educativo, considerando que a democracia não só está presente na escola, mas em todo contexto social, viabilizando a melhoria de políticas públicas em torno dos sistemas

educacionais, uma vez que não existe gestão democrática sem participação e autonomia. Nesse sentido, Gadotti afirma que:

[...] gestão democrática da educação com participação popular ganha ainda mais relevância hoje, no momento em que se discute a criação do Sistema Nacional de Educação que define a articulação e a cooperação entre os entes federados. Essa lógica colaborativa só tem sentido se for cimentada pela gestão democrática e tiver por finalidade a construção de uma “sociedade livre, justa e solidária”. (GADOTTI, 02, 2014)

Conforme essas ideias, é relevante enfatizar a importância de efetivar uma ação coletiva, pois o desenvolvimento de uma prática de qualidade visa uma boa atuação da comunidade escolar, em que é preciso manter uma articulação e toda uma ação coletiva para efetivar de fato uma organização política de administração, seguindo assim os preceitos que a gestão oferece.

Para além disso, a gestão é parte social e emancipatória que proporciona ao indivíduo a liberdade de expressão, juntamente com direitos entrelaçados na Constituição Federal 1988, base norteadora que visa garantias igualitárias e cidadã.

[...] a gestão democrática não está separada de uma certa concepção da educação. Não tem sentido falar de gestão democrática no contexto de uma educação tecnocrática ou autoritária. Ela deve ser coerente com uma concepção democrática e emancipadora da educação. Por que os representantes das escolas privadas rejeitaram, em 1988, na Constituinte, a gestão democrática? Porque, em geral, o ensino privado não trabalha com uma concepção emancipadora da educação. Mas existem também sistemas públicos de educação que não valorizam a gestão democrática porque têm uma visão elitista da educação, porque separam os que sabem dos que não sabem, os que mandam dos que devem obedecer (GADOTTI, 2014, p. 02).

A democracia educacional do ensino público surge para romper as barreiras da visão elitista da sociedade, pressupondo o direito da educação e efetivando processos reflexivos a construção e formação do cidadão, uma vez que, a autocracia burocrática existe desde o início do ensino sistematizado, em que só a burguesia tinha acesso e direito à educação. A luta para implementar a democracia no processo de escolarização surge para minimizar desigualdades, em que atualmente o direito a educação para todos passou a ser dever do Estado.

A gestão democrática é forte contribuinte para melhoria da qualidade de educação, pois em sua totalidade, visa participação, estratégia, organização, administração, transparência, autonomia e liberdade dialética. Para além disto, dentro da escola a figura do diretor é fundamental para ministrar a estrutura organizacional escolar, direcionando um engajamento de todos os dirigentes da escola, considerando ainda a participação da comunidade familiar, para assim gerir decisões que tragam êxitos na qualidade educativa.

A participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”. Elas incidem positivamente na aprendizagem. Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem. Mas, formar para a participação é, também, formar para a cidadania, isto é, formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país. (GADOTTI, 2014, p. 01)

Nessa perspectiva, a relevância da autonomia deve se fazer presente nos âmbitos escolares, pois uma escola autônoma gera uma educação transformadora, no sentido democrático rumo ao desenvolvimento e uma boa qualidade de ensino. A participação de modo geral está diretamente ligada ao desenvolvimento e aprendizagem do aluno, no qual uma educação de qualidade é medida na integração de ações coletivas.

[...] é válido enfatizar que para ser eficaz, uma escola tem que possuir autonomia para decidir sobre temas importantes, tais como a aplicação dos seus recursos, seu currículo e seu calendário escolar, o processo de formação continuada dos seus profissionais, além de suas estratégias para avaliar a aprendizagem dos alunos. Desse modo, além dos temas de interesse comum a todos os alunos, a escola deve ter competência para incluir em seu currículo temas de interesse da comunidade na qual está inserida. (MACHADO, 2001, p.02) apud (MOURA, 2001, p. 17)

Dessa maneira para alcançar uma escola bem estruturada seja organizacional, seja no controle da prática educativa com um ensino de qualidade, é necessário que sejam trabalhados os preceitos seguidos pela autonomia e participação para que possam possibilitar e favorecer um certo equilíbrio na tomada de decisões.

Assim, conforme foi supracitado a autonomia trabalha no controle e na criação de estratégias para o seu funcionamento, sendo também responsável pela distribuição de ordem dentro dos sistemas de ensino, pois em seu posicionamento é visto como princípio de liberdade gerido acima disso pela competência e habilidade. É importante destacar que a autonomia deve se fazer presente em todos os âmbitos de ensino, pressupondo que a democracia está relacionada tanto a autonomia quanto ao ato de liberdade de expressão, não focalizando em torno de regras e normas autocráticas geridas pelo poder sobre e para o outro.

Nesse contexto, conforme (Machado, 2001, p. 02) apud (Moura, 2001, p. 17) as escolas devem aderir o ato da gestão compartilhada sob uma ação coletiva, possibilitando novos olhares rumo a uma educação transformadora e de qualidade, visto que prevaleça o caráter descentralizador entre todos os integrantes de um da instituição.

Para obter uma gestão democrática, é necessário manter uma relação entre participação, transparência e estratégia, pois, é dever da gestão deixar transparente o seu ato pedagógico, onde os pais devem estar a par de todas as decisões da escola, no sentido que é necessário agir em conjunto para formar estratégias na tentativa de suprir os problemas ocorrentes numa dada instituição. (GADOTTI, 2014, p. 03, apud CELIBERTI, 2005, p.56)

Nesse contexto fica evidente o quanto é necessário manter uma ação pedagógica gerida pela participação e autonomia, sendo fundamental exercer um trabalho interligado a uma parceria, na tentativa de suprir os problemas ocasionados na ação da escola. O diretor escolar por sua vez, entra não só como o dirigente principal constituinte da gestão escolar, mas seu papel traz a possibilidade de organizar e manter um trabalho autônomo e coletivo.

Nesse caso, a democracia se faz presente quando uma liderança faz valer o seu papel sem restringir as idéias de um todo. Quando se trata de uma instituição Indígena o trabalho da gestão carece de um cuidado ainda maior, pois as ações referidas às mudanças no setor educativo quanto a prática pedagógica, passa a ser também decisões tomadas pelas lideranças da comunidade indígena, uma vez que o calendário escolar caminha de acordo com a cultura da aldeia.

[...] como afirma Lilian Celiberti: “a participação é uma forma de viver a democracia e ela abarca as práticas anômalas e subversivas que vivem no plano subjetivo e pessoal, aquelas coisas que fazem as formas de sentir e amar, a formas de viver e criar comunidade. Nesse sentido, a participação democrática abarca a sociedade em seu conjunto, as meninas e os meninos nos centros educativos, em seus domicílios e na sociedade, os adolescentes e os jovens, as mulheres, os gays, lésbicas, os transexuais, os transgêneros, os atores políticos e sociais, mas também a quem constrói cultura, poesia e arte” (CELIBERTI, 2005, p. 56).

Dessa forma, a participação é mais um passo para a construção de uma sociedade mais igualitária que aceite a diversidade social, a escola é um espaço educacional que deve manter um nível de igualdade, trabalhando de acordo com a realidade de cada indivíduo e concretizando seus direitos e deveres.

Do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece o seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disto, por meio da participação, conseguem-se resolver problemas que ao indivíduo parece insolúveis se contar só com suas próprias forças[...] (BORDENAVE, 1994, p. 13).

Assim, falar de participação democrática é falar de humanização e emancipação, no sentido de luta e conquista em que a gestão se faz presente quando existe reconhecimento, cooperação, diálogo e não reprime a condição de cada um, é preciso aguçar o olhar da sociedade diante a diversidade social, que gere acima de tudo o respeito.

Tem-se falado muito em participação e compromisso, sem definir claramente seu sentido. E não raras vezes situa-se a participação como mero processo de colaboração, de mão única, de adesão, de obediência às decisões da direção. Subserviência jamais será participação e nunca gerará compromisso. Em primeiro lugar, a participação sem troca, como dádiva, ocorre por decisão pessoal movida pela afetividade, pelo desejo de servir a uma causa que se julgue nobre e relevante, seja religiosa, política ou social. No caso da escola e do município, a participação deve ocorrer por motivos profissionais. E nesse caso, constitui um processo de troca, que gera o compromisso. (FERREIRA, AGUIAR, 2001, p.170)

Dessa maneira, construir a identidade própria dentro de um setor educativo, caminha pelo viés de liberdade e participação, pressupondo que todos devem se posicionar a um ato interativo. As mudanças contemporâneas trazem novas concepções administrativas e organizacionais, sendo que a falta de comprometimento e parceria dentro de uma normatização que deve ser seguida, acaba ocasionando impasses nos sistemas de ensino ou em uma dada instituição escolar.

É válido lembrar, que tal espaço educacional exige a colaboração de todos os membros da comunidade escolar em prol de melhorias, assim, a identidade de cada sujeito se constrói puramente sem limitações quando o âmbito traz em si ações competentes possibilitando aberturas para a auto expressão. Uma escola de qualidade depende de uma ação coletiva trabalhando em união, participando na elaboração de um bom planejamento para fomentar a prática pedagógica.

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme (LUCK, 2009, p. 29).

Nesse sentido, o contexto atual de educação enfatiza a democratização com um sentido social e interativo, sendo de grande importância para melhoria do ensino, mediada na transformação do mesmo por vias de políticas públicas que considerem a base educacional como foco maior de conhecimento. É necessário ter comprometimento e responsabilidade para gerir uma boa prática educativa, sequenciando a um trabalho democrático e participativo.

Dentro da prática educativa é importante o educador sempre se renovar diante novas ferramentas, como usar da dimensão tecnológica positivamente na didática pedagógica, deste modo, os dirigentes da escola juntamente com a gestão pode implementar em seu planejamento a pedagogia de projetos que por exemplo, pode ampliar a relação entre professor e aluno constituindo uma prática mais interativa.

A pedagogia de projetos, embora constitua um novo desafio para o professor, pode viabilizar ao aluno um modo de aprender baseado na integração entre conteúdos das várias áreas do conhecimento, bem

como entre diversas mídias (computador, televisão, livros) disponíveis no contexto da escola. Por outro lado, esses novos desafios educacionais ainda não se encaixam na estrutura do sistema de ensino, que mantém uma organização funcional e operacional (PRADO, 2005, p. 04).

Dessa forma, um planejamento adequado e pensado se forma uma ação pedagógica, gerenciando além de uma boa prática, uma boa qualidade de ensino, pois as novas exigências atuais, demanda da escola uma formação de qualidade para lidar com diferentes métodos que desenvolva a aprendizagem do aluno, e assim a gestão democrática impõe em seu papel uma ação libertadora e participativa. Daí a necessidade de manter-se uma participação coletiva envolvendo aluno, comunidade e professor, em que muitas vezes o êxito da prática abarca uma interligação entre todos.

O desenvolvimento de projetos dentro do âmbito educativo, desconstrói o olhar dominante sobre a educação, e democratiza o ensino deixando a par da escola a igualdade em meio as diferenças. É fundamental a escola ter um projeto político pedagógico formado entre todos, que seja flexível as singularidades e realidades existentes.

Para tanto, quando se pensa na implementação de pedagogia de projetos na escola surge inúmeras dificuldades que recaem ao fazer pedagógico, Prado (2005, p. 10) concerne que: “Mas se o trabalho por projetos for visto tanto pelo professor como pela direção da escola como uma camisa de força, isso pode paralisar as ações pedagógicas e seu processo de reconstrução”. Diante disso, a pedagogia de projetos ao ser posta sem abertura para reconstruir uma ação educativa, pode ser um impasse para uma falta de planejamento, assim também, a gestão democrática é vista como uma ferramenta que dá inteiramente liberdade ao sistema de ensino, mas se restringe quando os educadores se limitam ao conformismo de um único método de ensino.

Contudo, a gestão democrática, participação e autonomia, traz para o processo educativo a base central hegemônica no sistema de ensino, tendo em vista que mudar faz parte da realidade, e é preciso caminhar de acordo com essas mudanças, no qual segundo

O Planejamento participativo”, um processo que possibilita o conhecimento da realidade, agindo sobre ela, refletindo coletivamente sobre ela, com vistas à sua transformação. Esse processo participativo de planejamento oferece também uma oportunidade de formação cidadã, de formação para a participação social e política. (GANDIN, 2001) *apud* GADOTTI (2014, p. 18)

Enfim, o alcance de práticas exitosas no sistema de ensino, viabiliza uma ação em conjunto, articulada e planejada, assim haverá um desenvolvimento significativo na aprendizagem e melhoria de políticas públicas administrativas em todo contexto educacional. Nesse sentido, não é somente a autonomia e participação que vão dar suporte para o alcance do bom funcionamento escolar, mas irá envolver toda parte organizacional funcional, estrutural, social.

A gestão escolar democrática é renovada através da consolidação da Constituição Federal (1988) e da Lei das Diretrizes e Bases (LDB/96) que reafirmam os direitos dos cidadãos e cidadãs.

Esse direito é apresentado no inciso VI do art. 206 que diz:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; ... VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

A atual Constituição de 1988 concerne que:

Os direitos individuais e as liberdades públicas são ampliados e fortalecidos. É garantida a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. [...] O voto se torna permitido e facultativo a analfabetos e maiores de 16 anos. A educação fundamental é apresentada como obrigatória, universal e gratuita. Também são abordados temas como o dever da defesa do meio ambiente e de preservação de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como os sítios arqueológicos. (BRASIL, 2005, p. 12)

Os princípios educacionais presentes na atual Constituição, centralizam a democratização política do ensino público, garantido direitos igualitários. A LDB/96 contribui para a efetivação da gestão democrática em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Portanto, é de suma importância a aprovação e implementações de leis que favoreçam os direitos sociais para cada cidadão independentemente da realidade em que se encontra, conforme a LDB/96 apresentada torna-se fundamental e obrigatória a participação e a construção coletiva dentro dos sistemas de ensino público. A gestão democrática possibilita e estabelece a autonomia escolar e contribui para descentralização do poder fazendo reger a flexibilidade no campo educacional.

#### **1.4 Dificuldades e desafios da gestão escolar na contemporaneidade**

No decorrer dos anos as transformações sociais destacam a democratização educacional, mediada na ideia de uma escola nova, gratuita e para todos, Anísio Teixeira é o grande inspirador dessa ideia, destacando as reformas do ensino.

Nesse contexto, um novo “modelo” de gestão passou a ser recomendado, em especial pelos organismos internacionais, sustentando-se a ideia de que melhores indicadores de qualidade poderiam ser obtidos se a gestão das escolas fosse mais eficiente. Para isso, seria necessário, dentre outros aspectos, combinar avaliação externa e responsabilização pelos resultados, tanto pedagógicos como administrativo-financeiros.  
([moodle3.mec.gov.br/ufrn/file.php/1/gestores/vivencial/.../atuacaogestorescolar](https://moodle3.mec.gov.br/ufrn/file.php/1/gestores/vivencial/.../atuacaogestorescolar)).

Nessa perspectiva Saviani concerne que [...] “A Educação Nova assume sua verdadeira feição social, formando a “hierarquia democrática” pela “hierarquia das <sup>3</sup>capacidades”, construída a partir de todos os grupos sociais, cujos membros seriam contemplados com as mesmas oportunidades educacionais (1994, p.244)”. Nesse sentido, a história educacional abre mais um espaço diante as reformas para o desenvolvimento e aprendizagem, viabilizando um ensino igualitário independentemente da condição social e cultural que o indivíduo se encontra.

---

<sup>3</sup> Considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20, Anísio Teixeira (1900-1971) foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Como teórico da educação, Anísio não se preocupava em defender apenas suas idéias.

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1375/anisio-teixeira-o-inventor-da-escola-publica-no-brasil?>. Acesso em 06/06/2020.  
<https://moodle3.mec.gov.br/ufrn/file.php/1/gestores/vivencial/.../atuacaogestorescolar>).

As teses reformistas educacionais no Brasil, a partir dos anos de 1920 e, sobretudo, nos anos iniciais da década de 1930, defenderam em grande parte a abertura da escola para os seus usuários, entendidos como país, família e a denominada “comunidade”. [...] Para esses educadores reformistas, o ensino das elites, a antiga escola secundária, por sua natureza e função, não precisava estar criando canais de difusão da prática educativa, já que prevalecia a harmonia entre o conteúdo da ação pedagógica e os setores sociais que a ela tinha acesso. Tal harmonia decorria, primordialmente, das condições sociais dos alunos, recrutados de família privilegiadas da sociedade. Somente a escola para os pobres precisou ser redefinida, tendo em vista sua abertura para a população. (BASTOS, 2005, p.47)

Dessa forma, as reformas de ensino possibilitam a abertura do diálogo e participação, assegurando a população de classe baixa da escola pública, e contemplando a uniformidade da administração escolar com a entrada da família e comunidade, conforme as ideias apontadas por Bastos o setor privado não precisou necessariamente dessa mudança, já que permanecia uma instabilidade na administração do ensino privado.

“A reforma educacional não transmite meramente informações e novas práticas. Definida como parte das relações sociais da escolarização, a reforma pode ser considerada como ponto estratégico no qual ocorre a modernização das instituições”. [...] Essa idéia de modernização atribuída às reformas educacionais decorre do fato que elas têm sido vista como “consequência das rupturas dos padrões de regulação social que cercaram a formação das escolas. (POPKEWITZ, 1997, p. 21-25 apud SOUZA, 2003, p. 24)

Diante disso, as transformações sociais não trazem diretamente um ponto negativo no quadro educacional, sobretudo acarreta mudanças paradigmáticas que giram em torno de instâncias sociais, abraçando as novas demandas estruturais que entrelaçam na diversidade em prol a democracia.

Assim, ao abrir espaço para as reformas educacionais significa investir na escolarização possibilitando novos direitos, que frente das repressões políticas, esteja o princípio de igualdade. Dessa maneira o âmbito de ensino é defino:

A escola é uma organização social constituída pela sociedade para cultivar e transmitir valores sociais elevados e contribuir para a

formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação. O seu ambiente é considerado de vital importância para o desenvolvimento de aprendizagens significativas que possibilitem aos alunos conhecerem o mundo e conhecerem-se no mundo, como condição para o desenvolvimento de sua capacidade de atuação cidadã (LÜCK. 2009, p. 20).

As reformas não trazem para a contemporaneidade diretamente o sentido da escola. Afinal qual o sentido da escola? É justamente esse questionamento que nos leva a acreditar que a democracia se torna a chave rupturas frente a uma sociedade que respeite acima de qualquer condição o indivíduo, visto como um ser humano que provém de vários conhecimentos e habilidades a serem lapidadas por uma era de fortaleza escolarizada, que, além disso, dê abertura e não repressão.

Assim, é de fundamental importância entender o sentido da escola e os mecanismos que a constitui, tendo em vista que é um espaço construtor e formador de cidadãos que deve fornecer um trabalho de responsabilidades e compromissos no desenvolvimento e aprendizagem de cada indivíduo. A escola e a escolarização dos sujeitos ganham forças com as reformas educacionais, com a implementação da gestão democrática e com a modernização política e social. Nesse sentido, Lück (2007) concerne que:

As décadas finais do século XX marcaram o surgimento de uma revolução no pensamento administrativo, em vista do que o mundo atual é marcado pela emergência de novas estruturas organizacionais que são, significativamente, mais democráticas, criativas e, potencialmente, mais produtivas do que foram em qualquer estágio da história. A elevação da exigência do nível de educação da população, o desenvolvimento do espírito democrático e o crescente reconhecimento da interdependência entre os diferentes segmentos que constituem uma organização de trabalho, como também, no contexto global, têm promovido a percepção de que a chave para o sucesso no trabalho educacional está em se alcançar uma cooperação mais eficaz de gestão que supere o modelo centralizado, autocrático, controlador, cuja ênfase situa-se em regras de trabalho e na obediência. Nos dias atuais, os líderes eficazes de escolas concentram os seus esforços e energia em liberar o potencial escondido das escolas e das outras organizações com as quais mantêm relação e se associam, pela construção de equipes participativas. (MARKOVICZ, 2007, p.33) apud (Lück, 2015, p. 07)

Conforme as ideias abordadas a gestão democrática depende antes de tudo e principalmente de uma ação coletiva, evidenciando em seu trabalho a função de diálogo, autonomia e participação, não centralizando a fonte administrativa da escola o uso da autocracia, sendo que as transformações trazem em conjunção democrática, a escola e comunidade. A atualidade educacional promove a elevação liberal de uma educação organizada e destinada de modo igualitário para todos.

A realidade social implementada por políticas públicas direciona-se as instituições escolares a democratização, mediada na função administrativa e organizacional, diante disso, as inovações trazem para o contexto escolar a gestão democrática que envolve todos os integrantes da escola, família e comunidade, buscando entender como ocorre o processo avaliativo das práticas educativas gerenciadas pela a chamada ação coletiva. A gestão democrática está fundamentada nas lideranças, participação e execução, sendo o centro de desenvolvimento do trabalho pedagógico da escola.

### **1.5 O Projeto Político Pedagógico na Ação Educativa**

É a partir da gestão que as práticas educativas dentro da sala de aula podem mudar, buscando necessariamente as propostas que o Projeto Político Pedagógico oferece, pois este deve ser flexível construído de acordo com a necessidade de cada aluno, entendendo que desenvolver a democracia resulta na participação de todos. É nesse sentido que a escola só será democrática se houver um diálogo mútuo entre diretor, coordenador, professores, comunidade e aluno. Assim:

O Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2009, p.01)

Nesse sentido, a relevância do PPP no planejamento da escola é inteiramente necessária ao alcance de uma prática de qualidade, pois uma instituição sem planejamento consequentemente da abertura ao fracasso escolar. Com isso, é preciso cautela para

elaboração do projeto, tendo consciência que seu processo formativo não caminha por uma única mão, mas, deve ser construído frente a uma ação coletiva viabilizando a flexibilidade da prática pedagógica.

O principal objetivo do PPP é democratizar a escola, definindo sua identidade baseado no perfil de todos que participam das atividades da escola e na comunidade a sua volta. Orienta os profissionais da escola e as famílias a como concretizar as ações previstas na proposta pedagógica. [...]Através do projeto político pedagógico a escola busca um ideal a alcançar de uma forma planejada o que proporciona resultados mais eficientes e seguros, ou seja, é um conjunto de princípios que norteiam a elaboração e execução do planejamento e que implica que este planejamento seja realizado em todas as atividades escolares e após a execução das ações previstas haja a avaliação do processo e mudança caso seja necessário. (LOPES, 2013, p.35)

Para obter uma boa prática educativa é fundamental os dirigentes da escola exercerem um bom planejamento pedagógico, sendo que este por sua vez carece de uma participação efetiva na articulação dos projetos organizacionais da escola considerando a realidade que o aluno se encontra. O funcionamento estrutural de uma dada instituição não depende somente de bons profissionais, a implementação do PPP nos sistemas gerais de administração da escola vai além da instabilidade da base administrativa, pois este vem com um propósito positivo na ação educativa, definindo em sua construção e função a autonomia, participação e o diálogo.

Diante de uma perspectiva formativa, política e administrativa dos sistemas democráticos de ensino a Lei das Diretrizes e Bases (2005) Art. 12 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as seguintes normas de ensino:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a

relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Conforme está explícito nas Diretrizes e Bases, a proposta pedagógica vai além de uma documentação, pois é a parte geral que dá abertura aos planejamentos pedagógicos em que gerencia toda uma ação coletiva, levando em consideração a realidade de cada sujeito envolvido. A implementação da Lei vem a favorecer o fazer pedagógico assegurando uma finalidade para o ato educativo, assim permite que os educadores executem um trabalho bem mais coerente na formação dos alunos. Dessa forma (VEIGA, 2003, p.275) apud LOPES, 2013, p.36 concerne que:

O projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações diversas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico – administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos. (VEIGA, 2003, p.275) apud (LOPES, 2013, p.36)

De acordo com os argumentos apresentados por Veiga, a elaboração do projeto é essencial dentro do âmbito escolar, de modo que necessita uma participação coletiva para trabalhar cada singularidade, uma vez que o PPP independentemente da instituição implica diretamente na função administrativa dos planos de ensino. De modo geral o Projeto Político Pedagógico caminha por um único objetivo que é sistematizar os planejamentos pedagógicos fortalecendo o trabalho didático e trazendo efeitos na prática educativa.

Na elaboração participativa do Projeto, todos têm oportunidade de se expressar, inclusive aqueles que geralmente não falam, mas que estão acreditando, estão querendo. Muitas vezes, não falam por insegurança, por pressão do grupo ou por acomodação em função daqueles que 'sempre falam'. O processo de planejamento participativo abre possibilidade de um maior fluxo de desejos, de esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática. Almeja-se também a partilha de todos os bens, sejam espirituais (decisão, planejamento), sejam materiais (recursos, lucros, perdas). (VASCONCELLOS, 1982, p.05).

A proposta do projeto numa dada escola caminha por um viés de melhorias do sistema de ensino independente da ação pedagógica que ofereça, a ideia força das políticas implantadas no sistema de ensino favorecem processualmente tanto as normas públicas, como privadas, tanto redes Municipais quanto redes Estaduais, o fato é todos buscam a democratização e isso só se faz presente quando há uma construção coletiva, em que centralize a realidade dos sujeitos envolvidos viabilizando o ato de aceitação, no sentido de trazer em pauta e fazer valer todas as propostas pensadas para assim alcançar um ensino de qualidade.

Para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior (...) Outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal. (BRASIL, 2005, p.15)

Por esse viés, o processo de participação precisa ser repensando sob um olhar construtivo e consciente, sendo posto não como alvo de obrigação, mas como um comprometimento de todos com a educação. Por outro lado, a participação não está na realidade de muitas escolas, isso acaba ocasionando uma lacuna na democratização do sistema educacional.

## **2. A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO INDÍGENA**

Neste segundo momento enfatizamos conhecimentos e os saberes culturais do significado da educação indígena sob a busca por visibilidade, respeito mútuo e igualdade. Assim, é essencial destacar o contexto histórico da educação indígena entre as especificidades da cultura indígena rumo aos movimentos que levaram a implementação das escolas diferenciadas que priorizassem costumes e a identidade cultural.

### **2.1 Percurso histórico da Educação indígena**

Em bases gerais a trajetória da educação indígena, entrelaça na organização sistemática da educação brasileira, tendo em vista que a partir da chegada dos portugueses e jesuítas as terras indígenas centraliza-se mudanças atribuídas aos processos organizacionais e históricos, no sentido de colonizar as terras indígenas pressupondo fortes interesses econômicos.

Aos poderes influentes, promissores sob uma visão sedimentada os jesuítas alienaram e subordinaram os indígenas afim de implantar o capitalismo sob uma nova visão de mundo, desde modo a historicidade civilizatória dos povos indígenas concebia ao cenário educacional e social procedeu em uma perca intercultural diante novas práticas imposta pelos colonizadores, isso englobavam mudanças ao modo de vida que os indígenas a que estavam habituados a viver.

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma “nova sociedade”. Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo. (NETO, MACIEL, 2008, p. 174)

Dessa maneira, a ideia dos Jesuítas em transformar o indígena um novo ser social, desconsideravam todas as características culturais que conseqüentemente acarretaria novas ideologias, a uma nova sociedade, o fato é que para os burgueses e jesuítas pouco importava o ser indígena e suas tradições culturais, alterar a identidade para alcançar a produtividade econômica, esse era um dos objetivos, já que os padres Jesuítas procuravam reafirmar uma civilização de seres puros e que seguissem seus comandos.

A educação indígena passa por inúmeras fases entre conquistas e desafios, vigorando até a atualidade. Conforme as ideias de Neto e Maciel (2008), no período colonial a educação catequista implementada pelos jesuítas e apoiada pelos Portugueses surge como forma de empoderamento, visando a transformação do índio nativo pelo índio social. Por um lado, o sistema geral de ensino da época partia do ponto religioso que usavam da ingenuidade dos nativos, de outro, dava continuidade a reelaboração de estratégias para o fortalecimento e implantação da mão de obra escravista, todas as ações

apresentadas pelos europeus viabilizavam seus próprios interesses na garantia de aumento significativo do capitalismo e do poder.

Entre muitos impasses e regulamentações no setor político e social do país, as imposições postas pelos governantes do Brasil que vivia em período de transição cultural e econômica, deixavam revigorar uma educação em função do catolicismo. Dessa maneira, Neto e Maciel (2008) nos informam que em meados dos anos de 1798 ocorre a extinção da educação religiosa, e parte para educação estatal, no cenário político do Brasil rodeava-se fortes interesses que não viabilizavam a implementação de uma educação de qualidade e posta a favorecer os indígenas, mas, o ensino era apresentado como um passo a hegemonia política frente as lutas por poderes.

O processo de desconstrução do ser indígena e de seus valores culturais, designa aos próprios interesses da parte central dos burgueses e jesuítas que por sua vez impuseram suas pretensões usando da ingenuidade do indígena para se reafirmarem no país. Em consequência disso, se tratando da história dos povos originários diante grandes influentes na cultura e vivência, temos em nossa atualidade a desvalorização, desigualdades e o sufocamento da própria identidade.

A luta diária dos povos indígenas visa despertar um senso crítico e reflexivo diante seus direitos, pois quando a voz indígena é silenciada e existe um e aceitamento em tudo que lhes impõe sem nenhum questionamento coincide a uma camisa de força que cada um escolhe e vestisse ou libertasse.

Nesse contexto, a diversidade é consequência da racionalidade humana para adaptar-se e responder de forma criativa a tudo que a rodeia e às suas necessidades. Mas essa não é a meta das relações humanas ou da educação. A diversidade pressupõe funções de intercâmbio e de equilíbrio tanto para o indivíduo quanto para as interações de todo o conjunto social. (MARFAN, 2002, p.11)

Nessa perspectiva de modo geral, é presumível destacar que as ações ocorrentes na sociedade de acabaram afetando o comportamento dos indígenas devido a várias influências, dessa maneira a educação para o ser indígena não se resume a interações, mas destina-se a valorização de sua origem mediada na troca de conhecimentos, a pluralidade cultural não tira direitos, nem restringem a existência, mas reconhecem e constroem encima do respeito mútuo uma educação. Educação não só é formar cidadãos, educação

é usar da racionalidade para aceitar o diferente, ressaltando uma democracia conquistada em cima do respeito ao verdadeiro sentido de diversidade.

A história dos indígenas no Brasil entrelaça passivamente com a educação brasileira, em que ambos caminham juntos ao desenvolvimento do país. Voltando ao início da educação indígena, podemos destacar além da catequização, o império destinado a primeira República, e a processo da língua nativa, ou o chamado ensino Bilíngüe.

A Primeira República é conhecida como o período onde foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Localização de Trabalhadores Nacionais/SPILTN, em 1910. O SPILTN foi instituído para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder. A ênfase da ação pacificadora e integracionista implementada por este órgão residia nas ações voltadas para a incorporação do indígena ao estado brasileiro, com vistas a resguardar a soberania territorial (SOBRINHO, SOUZA, BETTIOL, 2017, p. 61).

Dessa maneira, a fim de obter uma organização geral na sociedade, enfatizando especificamente os povos indígenas, foram implementados decretos que garantissem e assegurassem a liberdade do índio, isso depois que os padres jesuítas foram expulsos dos comandos governamentais do Brasil. A implementação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), agiu positivamente sob relações gerais da sociedade, isso porque as províncias brasileiras tinham como objetivo regulamentar uma organização linear ligada a construção de uma política promissora sem tantos fracassos e sem miniestações que atingissem as bases do governo.

Em meio a um período entre grandes projetos governamentais, a revigoração do projeto de serviço e proteção dos indígenas é extinto, entrando em vigor o ensino bilíngüe que surge como parte integracional do índio civilizado, conciliar o uso das duas linguagens, a língua nativa indígena e a língua portuguesa. Porém, como a entrada de outra língua influente, a sociedade atual passou por uma perda cultural da linguagem indígena que recaem até os dias atuais, pois em direções particulares a língua originária é parte tradicional das crenças e culturais do índio.

Amparado nos princípios e metodologia do chamado bilinguismo de transição, a prática acaba contribuindo para a desvalorização da língua indígena, visto que a mesma serve apenas para levar ao domínio da língua nacional e que, posteriormente, cai em desuso, ocasionando um silenciamento das línguas indígenas. Na prática, a aliança FUNAI/SIL é utilizada para respaldar a formação de monitores bilíngües para a

documentação das línguas, visando somente à tradução da Bíblia para as línguas indígenas, com intuito meramente de integração. (SOBRINHO, SOUZA, BETTIOL, 2017, p. 62)

É necessário frisar que a entrada do ensino Bilíngue de início surge com ajuda da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que deu seguimentos aos projetos do Summer Institute of Linguistics -SIL, isto é, (Instituto de Linguística) para implementação da língua, porém, em consequência disto é destacado outra forma de massacre no sentido de inferiorizar a língua indígena, já que de certa maneira, seguiriam implicitamente passos da interação do índio na sociedade, a FUNAI vem como suplemento a conquista dos direitos indígenas, para tanto acaba silenciando parte cultural pela linguagem.

A outra fase do ensino Bilíngue surge novos projetos afim de melhorar as condições no sentido organizacional dos direitos indígenas, já que no primeiro momento houve um pensamento integracionista invisibilizando o que era para ser valorizado, de um lado a cultura de outro a linguagem, isso tornou-se problemas relacionando ao avanço de conhecimento flexíveis diante a integração do indígena na sociedade.

Diante disso, as lutas pelos direitos indígenas ocasionaram manifestações a fim de proteger a cultura e igualizar os direitos políticos, sociais e educacionais.

A mobilização dos povos indígenas, desde a década de 1970, resultou na fase da escola diferenciada e refletiu diretamente nas políticas e ações do final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal em 1988; e na década de 1990, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN em 1996, além de legislação referente à escolarização indígena. Nessa intensa mobilização, as relações entre povos indígenas, Estado e sociedade civil tentam se definir e organizar no campo das políticas públicas a partir da óptica dos povos indígenas. (SOBRINHO, SOUZA, BETTIOL, 2017, p. 63)

De modo geral a educação indígena era dominada e subordinada por uma política que necessitavam de compreensão e aceitação, o que acaba causando uma certa frustração aos defensores dos indígenas, pois a natureza e a identidade do indígena foi e é comprometida a múltiplas facetas que permeia na política educacional e social do país, sendo que entre passes e impasses a melhoria dos direitos só vem a ter mudanças depois

de manifestos sociais em busca de uma educação plural, diferenciada que respeitasse e não matassem o que existia de essência dos nativos.

Diante uma longa trajetória de variadas lutas e concepções sobre os posicionamentos dos indígenas, torna-se necessário trazer pontos e contrapontos do olhar indígena diante situações condizentes a realidade, considerando que ao tentar reafirmar os direitos indígenas através de decretos e leis torna-se significativo para sistematização de princípios que focalize o reconhecimento identitário, respeito e valorização intercultural e social.

Para tanto, pensar em possibilitar novas perspectivas permite efetivar uma educação externalizada sob o processo civilizatório do indígena, afinal até aqui é preciso questionar a relevância da educação diferenciada, pois, será que as constantes percas de especificidades interculturais não estão ligadas aos processos globalizadores sobre o modo civilizatório do ser indígena?

## **2. 2 Ensino diferenciado**

A luta pela introdução das escolas indígenas passou a ser um ponto determinante para melhorar o ensino sistematizado dos povos indígenas, enfatizando que diante grandes percas históricas e culturais dentro de novos espaços sociais foi e é preciso reafirmações que garantam e assegurem os direitos indígenas, principalmente no setor educacional, onde serão abertas novas possibilidades de aprendizagens, reconhecimentos e valorização cultural.

Vista como processo, a educação indígena designa a maneira pela qual os membros de uma dada sociedade socializam as novas gerações, objetivando a continuidade de valores e instituições consideradas fundamentais. Designa o processo pelo qual se forma o tipo de homem e de mulher que, segundo os ideais de cada sociedade, correspondente à verdadeira expressão da natureza humana, envolvendo todos os passos e conhecimentos necessários a construção de indivíduos plenos nestas sociedades. (RHODEN, 2009, p.02)

Nesse sentido, é fundamental trazer aqui a relevância da educação indígena, ou, como se dá a educação indígena? Olhando ao modo de vida e na perspectiva paradigmática de uma aldeia, educação condiz ao processo de respeito e dignidade, assim educação é o ato de valorização cultural, pela terra, pela natureza, pelas águas do rio que

deságuam ao leito da naturalidade, para além disso educação está na sabedoria, na diversidade, na igualdade e na compreensão de mundo. Nesse processo histórico e cultural, os resultados do verdadeiro significado da educação indígena centralizam no meio social de uma aldeia e nos aspectos identitário do índio.

**Quadro1: Principais fatos para inserção das primeiras escolas indígenas no Brasil: ensino específico e diferenciado**

<b>FATOS</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>ACONTECIMENTOS</b>
<b>Províncias do Brasil</b>	1585	Catequização
<b>Serviço de Proteção do Índio (SPI)</b>	Século XX	Implementação da Educação Escolar Indígena (primeiro passo para o reconhecimento)
<b>Fundação Nacional do Índio (FUNAI)</b>	1967	Ensino Bilíngue (alcance da especificidade)
<b>Silva Constituição Federal</b>	1988	Afirmação da escola diferenciada- direitos dos indígenas legalizados
<b>Lei das Diretrizes e Bases 9394/96</b>	1996	Reafirmações e garantias dos direitos educacionais indígenas

Fonte de referência: Silva (2016)

Visto de outro ponto a luta pela implementação de escolas que fornecesse um ensino específico, veio para sistematizar a educação indígena, atendendo suas singularidades, deste modo:

Aos processos educativos próprios das sociedades indígenas veio somar-se a experiência escolar, com as várias formas e modalidades que assumiu ao longo da história de contato entre índios e não-índios no Brasil. Necessidade formada "pós-contato", a escola assumiu diferentes facetas ao longo da história num movimento que vai da imposição de modelos educacionais aos povos indígenas, através da dominação, da negação de identidades, da integração e da homogeneização cultural, a modelos educacionais reivindicados pelos índios, dentro de paradigmas de pluralismo cultural e de respeito e valorização de identidades étnicas (RHODEN, 2009, p.03).

Conforme essas ideias veem-se os impasses que modelavam a vida dos índios pela dominação e poder, tornar-se homogênea uma sociedade mística de transições culturais é como apoiar as desigualdades e preconceitos. É nesse sentido que direcionamos ao ensino diferenciado, que ao mesmo tempo que traz significados de interações e contato social, integra e não desvaloriza as diversidades existentes, em que reafirma a identidade própria regida pela sabedoria presente em uma aldeia.

Continuamente a história das escolas indígenas passa por diversas fases de organizações, administrações, valores singulares e democráticos ao ponto de possibilitar um currículo específico com inúmeras propostas que visibilizem a natividade e suas origens.

As normas adotadas pelos sistemas de ensino contradizem os princípios da educação diferenciada quando tomam como referência para a criação das escolas critérios que não se adaptam à realidade indígena. A maior parte das escolas indígenas são identificadas na categoria de "escolas rurais", com calendários escolares e planos de curso válidos para esse tipo de escola. Outro fato comum é considerar as escolas indígenas salas-extensão ou salas vinculadas a uma escola para não-índios, sob o argumento de que não atendem às exigências válidas para as demais escolas para terem funcionamento administrativo e curricular autônomos. (BRASIL, 1998, p. 37)

Dessa maneira, diante dos problemas referentes aos sistemas de ensino a escola indígena era classificada em sua base estrutural e organizacional, sob normas que não legitimava uma escola com um ensino diferenciado, com isso foi preciso que a política governamental implementasse por vias democráticas documentos em busca por autonomia, participação e valorização pela transformação das chamadas escolas rurais, para o avanço da nova categoria escola indígenas, com usos de metodologias que favoreçam ações pedagógicas que possibilitem visibilidade e respeito a realidade sociocultural dos povos indígenas.

De acordo com o ministério da educação foi necessário a criação de uma categoria que implementasse o direito das escolas indígenas, assegurando um ensino sistematizado que priorizasse os valores interculturais.

O direito assegurado às sociedades indígenas, no Brasil, a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe, a partir da Constituição de 1988, vem sendo regulamentado através de vários textos legais, a começar pelo Decreto 26/91, que retirou a incumbência exclusiva do órgão indigenista - FUNAI - em conduzir processos de educação escolar junto às sociedades indígenas, atribuindo ao MEC a coordenação das ações, e sua execução aos Estados e Municípios. A Portaria Interministerial 559/91 aponta a mudança de paradigma na concepção da educação escolar destinada às comunidades indígenas, quando a educação deixa de ter o caráter integracionista preconizado pelo Estatuto do Índio/ Lei 6.001/73 assumindo o princípio do reconhecimento da diversidade sócio-cultural e lingüística do país e do direito a sua manutenção (RHODEN, 2009, p.09).

Assim, são através de decretos que os direitos educacionais vêm sendo incorporados enfatizando as transformações que regem os projetos implementados ao desenvolvimento das regulamentações educacionais. Desse modo, a implementação da Lei das Diretrizes e Bases (LDB) e do Referencial Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) possibilitam aos povos indígena uma segurança maior nas questões administrativas e aos princípios de ordenamentos flexíveis e cooptados aos valores interculturais.

Para que a educação escolar indígena seja realmente específica e diferenciada, é necessário que os profissionais que atuam nas escolas pertençam às sociedades envolvidas no processo escolar. E preciso, portanto, instituir e regulamentar, no âmbito das Secretarias de Educação, a carreira do magistério indígena, que deverá garantir aos professores indígenas, além de condições adequadas de trabalho, remuneração compatível com as funções exercidas e isonomia salarial com os demais professores da rede de ensino. (BRASIL, 1998, p. 40)

As inúmeras imposições e desafios aos controles administrativos, organizacionais e educacionais, acarretam sequentemente novas estratégias para subsidiar a prática formal de ensino dentro de uma escola específica aos costumes tradicionais e culturais de uma comunidade indígena.

O documento referencial curricular para as escolas indígenas aponta a priorização da educação indígena definindo o fortalecimento educacional com uma ação pedagógica voltada inteiramente a realidade dos povos indígenas, uma vez que considera um currículo escolar e o projeto político pedagógico específico aos preceitos da legislação para uma

prática diferenciada, ofertando ainda, a entrada e permanência de um ensino adequado com educadores indígenas que tenha uma formação de qualidade.

Para além disso é reafirmado o ensino bilíngue, abrindo espaço para o estabelecimento de princípios e costumes vindos da própria comunidade com a chamada ação participativa de todo aldeamento. Deste modo, o artigo 1º e 2º presentes no documento da Resolução CEB Nº 3, de 10 de novembro de 1999; estabelecem regimentos que favorecem e norteiam os direitos educacionais, sendo ele base norteadora para alcance de práticas que afirmem o desenvolvimento dos conhecimentos e modalidades culturais dos povos indígenas:

Art. 1º - Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

Art.2º - Constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

I - sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;

II – exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;

III – o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolingüística de cada povo;

IV – a organização escolar própria.

(Resolução CEB Nº 3, de 10 de novembro de 1999)

É perceptível que entre grandes lutas obtiveram pontos positivos, em que a estrutura organizacional e administrativa da política educacional teve resultados através de documentos e bases que norteiam métodos da ação pedagógica. A LDB reafirma direitos para que revigorem e amenizem as desigualdades que ainda é muito presente em nossa realidade, considerando como ponto principal a qualidade do ensino e a valorização intercultural dos povos indígenas.

Considerando outro lado, é importante analisar o sistema educacional da atualidade, tendo em vista desafios e dificuldades encontrados no meio social convivente, com essa mistura entre índios e não índios frente uma grande pluralidade cultural vê-se frequentemente a luta do índio pelo próprio espaço, sem rótulos, sem estereótipos, sem desigualdades.

Assim, o mais importante é não deixar morrer suas origens, sua história, sua casa que é a natureza, não deixar morrer a luta por uma educação cultural diferenciada reafirmada e considerada ao verdadeiro princípio de reconhecimento, ao respeito, e ao amor pela mãe terra, pelas suas raízes.

### **2.3 Gestão Escolar Indígena e Gestão Democrática**

Diante o contexto histórico, cultural e social da educação indígena, a luta pela construção e integração da escola diferenciada como base instrumental de autonomia e conhecimento, relaciona-se as mudanças paradigmáticas geridas aos processos gerais de políticas públicas que aos poucos vem sendo reafirmadas sob as necessidades da realidade, enfatizando a posição e consideração do indígena frente as margens da fragmentação dos sistemas políticos educacionais.

É interessante articular a gestão democrática com a educação indígena, pois a escola indígena exige um ensino diferenciado, com um currículo e um projeto político pedagógico específico e elaborado de acordo com aspectos socioculturais que a comunidade vive.

É importante lembrar que os povos indígenas passaram por uma grande luta de reconhecimento e demarcação de terras, a luta pela democratização segue pela ampliação da base formal da educação, o resultado dessa grandiosa luta que passa por inúmeros atos de discriminação resultou na garantia dos direitos mencionados na Constituição Federal de 1988 que assegurou direitos políticos e educacionais, tendo em vista a liberdade de viver socialmente sem restringir sua origem, sua tradição e sua cultura. Nesse sentido, Saviani (1944, p.38) destaca que “a cultura transmitia-se por processos diretos, oralmente, por meio de contatos primários no interior da vida cotidiana”.

Assim, a criança já entra na escola com vivências e experiências construídas no espaço não-formal, o qual o ambiente convivente vai influenciar muito no desenvolvimento e aprendizado. Nos anos de 1994 foi construída uma declaração de princípios (Mec/Mari/ Unesco, p.156) desenvolvendo propostas significativas para os direitos indígenas, destacando que:

1-“As escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos, elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias”.

2-“As comunidades indígenas devem, juntamente com os professores e organizações, indicar a direção e supervisão da escola”.

10-“A União deverá garantir uma coordenação Nacional de Educação Escolar Indígena, interinstitucional com participação paritária de representantes dos professores indígenas”.

Nesse sentido, os princípios trazem mais um avanço no direito educacional indígena, visando um conjunto de valores e práticas que respeite e contribuam para a construção dos educandos. A relação da gestão escolar com democratização da comunidade está presente no RCNEI, concretizando que:

Tem sido comum entre os professores indígenas apontar como referência para a identificação e escolha de práticas pedagógicas mais adequadas às escolas indígenas. [...] o respeito com a comunidade indígena é sempre mencionado como a dimensão ética de particular importância, enfatizada como fonte de conhecimento de um conjunto de autores, junto ao próprio professor, que devem conduzir o planejamento curricular (BRASIL, 1998, p.65).

Portanto, o papel da gestão escolar dentro da escola indígena direciona-se para a organização de valores e princípios em respeito à valorização cultural inserida no espaço formal e não- formal de educação, considerando que os princípios da gestão democrática participativa devem ser firmados em todo âmbito de ensino. Nessa perspectiva, Brandão afirma que:

Nas aldeias dos grupos tribais mais simples, todas as relações entre criança e a natureza, guiadas de mais longe ou mais perto pela presença de adultos conhecedores, são situações de aprendizagem. A criança vê, entende, emita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa. São também situações de aprendizagem aquelas em que as pessoas do grupo trocam bens materiais entre si ou trocam serviços e significados: na turma de caçada, no barco de pesca, no canto da cozinha da palhoça, nos grupos brincadeiras de meninos e meninas, nas cerimônias religiosas. (BRANDÃO, 2007, p. 18)

Assim, a educação indígena vai além de um espaço formal, o qual a aprendizagem das crianças é passada de geração para geração, construindo saberes e conhecimentos na convivência cultural, mediada na tradição e costumes entre todos. “Existe a educação sem

haver a escola e existe a aprendizagem sem haver o ensino especializado e formal, como um tipo de prática social separada das outras (BRANDÃO, 2007, p.32)”.

Nesse sentido, a gestão deve trabalhar articulando as práticas educativas as práticas sociais, trazendo a importância da participação entre todos na construção da autonomia e fortalecimento da autodeterminação dos povos indígenas frente ao ensino e aprendizagem sob a pluralidade cultural. Para tanto, os aspectos aqui apresentados sobre fundamentos da gestão democrática e relatos sobre a história da base educacional indígena, levanta questões direcionadas a articulação avaliativa entre o grau de aprendizagem dos alunos, e o posicionamento da comunidade.

[...] A prática democrática não se resume na indicação de representante que imediatamente se desligam de seus representados. Mais ainda, dadas as condições frágeis das organizações existentes no hábito da burocracia pública, sem uma tradição democrática enraizada, em geral submetida aos interesses privados e clientelistas, questiona-se, em nosso caso, os processos que em geral norteiam as eleições de representantes – professores, alunos e pais- sobretudo quando essas práticas estão sob égide, de organismos públicos.(BASTOS, 2005, p. 51)

De modo geral, as escolas sendo elas indígenas ou não, fazem valer uma gestão democrática por um conjunto de fatores que se forma a democracia, indo desde as eleições diretas para diretor escolar, até a liberdade participativa que compõem as peculiaridades das decisões da escola. Em uma escola indígena a democracia existe sem as eleições, como isso pode acontecer? posso afirmar em plena convicção que para formar uma democracia nem sempre é preciso investir nas eleições diretas, pois escolas existentes em aldeamentos não afligem os princípios da democracia habituada no âmbito escolar, mas é direcionada pela indicação das lideranças da aldeia (cacique e pajé), isso não quer dizer que não exista uma gestão democrática, porém situa-se em processos de participação e respeito que por vezes abre espaço para direito a reivindicações.

A incorporação, à escola, dos "conhecimentos étnicos", sustenta a interculturalidade e permite reordenar e reinterpretar os saberes trazidos pelo patrimônio intelectual, social e moral, à luz de um novo contexto e na relação com outros conhecimentos. Tal diálogo é o que permite dar lugar ao que os professores índios e seus assessores vêm chamando de uma pedagogia indígena, para respaldar a construção dos currículos e a própria gestão da escola indígena (BRASIL, 1998, p. 65).

É nesse sentido que funciona a gestão em uma escola indígena, na incorporação cultural dentro da prática pedagógica aderindo ao sistema educacional uma ação coletiva, articulada e trabalhada sem restringir ou oprimir costumes e tradições culturais da aldeia. De acordo com as ideias de Ferreira, Melo e Silva (2014, p. 03):

O gestor deverá ter um olhar observador para realidade, tendo em vista, ter a responsabilidade de fazer com que a comunidade escolar participe das tomadas de decisões da escola. A partir desse olhar para realidade o gestor favorece a democracia no âmbito escolar. (FERREIRA, MELO e SILVA, 2014, p. 03)

Assim, entre as múltiplas facetas que envolve a gestão democrática, é importante considerar a transparência e organização dos atos educativos em respeito à comunidade educativa focalizando a realidade vivente e o compromisso da escola com a comunidade, e da comunidade com a escola.

O olhar central da pesquisa está diretamente ligado as relações socioculturais, em que a educação não só promova processos de ensino-aprendizagem, mas dê abertura a autoconstrução de cada indivíduo. “[...] a educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade (BRANDÃO, 2007, p. 74)”. Contudo, a gestão democrática entra no setor educacional, configurando-se em uma inter-relação coletiva, enfatizando um trabalho de profissionais da educação que seja pensado no desenvolvimento dos sujeitos, mediando uma ação pedagógica comprometida as especificidades de cada sujeito.

#### **2.4 Análise Geral do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**

Entre várias transformações nos documentos curriculares, houve iniciativas com pontos positivos que foram e são significantes na educação indígena atual, as lutas por direitos resulta na implementação e aprovação do documento Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), no qual este, tem como objetivo auxiliar a prática do professor direcionada as comunidades indígenas, constando por seguimentos obrigatórios as exigências do sistema geral de educação. Por tanto, será apresentado

alguns princípios geridos pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) subsidiando caminhos para melhoria da educação em torno do currículo escolar sob a prática pedagógica.

[...] oferecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades indígenas, considerando os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como, para a elaboração e produção de materiais didáticos e para formação de professores indígenas. Concebeu-se, assim, este Referencial visando sua função formativa e não normativa (BRASIL, 1998, p. 06).

Assim, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação escolar indígena, é presumível destacar a relevância desse referencial nos sistemas de ensino, visto como uma ferramenta positiva para solucionar índices de fracasso escolar, ampliando novas visões de mundo, sendo que este deverá fomentar o trabalho da gestão escolar juntamente com o planejamento pedagógico. Nessa perspectiva, esse documento é destinado como um direito educacional, enfatizando os princípios e valores permanentes na cultura indígena.

Nesse caso, o RCNEI proporciona um currículo específico à realidade, com ideias metodológicas voltadas para uma didática proporcional e de acordo com os aspectos culturais, sociais, históricos, econômicos e políticos vivenciados dentro de uma comunidade indígena, tendo em vista que contempla o ensino diferenciado pelas propostas incrementadas aos princípios que norteiam o projeto político pedagógico e o currículo escolar.

A grande diferença do RCNEI para um documento voltado a escolas não indígenas, é que este por sua vez foi construído com um ensino inteiramente diferenciado, que valoriza e respeita a realidade indígena, aponta ainda, a legalização de decretos, a especificidade do ensino diferenciado, o projeto político pedagógico, currículo escolar, o direcionamento entre cada disciplina específica, etc.

É importante deixar claro que o RCNEI apresenta uma base norteadora para os seguimentos do planejamento escolar, ofertando as seguintes temáticas: a área da linguagem para o ensino da língua portuguesa, a qual mostra ideias de conteúdo a ser seguido levando em consideração a realidade indígena, o ensino da matemática sobre as perspectivas da realidade, história, geografia, ciências artes e educação física.

Além disso, propõe um contexto geral da formação de professores indígenas, avaliação, ensino diferenciado, a importância da relação escola e comunidade e de modo geral, parte para a parte local da vivência indígena, a qual pode ser adaptada a cada realidade enfatizando ainda a pluralidade cultural, ressaltando a significância da igualdade, valorização e respeito a diversidade social.

O fato é que o que realmente direciona uma escola indígena por uma gestão diferenciada não é um currículo exatamente pronto para ser executado, mas, além disto, focaliza outros aspectos como, por exemplo, o calendário escolar indígena, que é uma das principais ferramentas utilizada para gerir uma prática que respeite a religiosidade da aldeia (rituais) em cada movimento que o aluno indígena participa dentro das tradições espirituais, isto devem ser consideradas e respeitadas conforme seus costumes tradicionais, assim o calendário escolar vem a ser tão importante quando o currículo, que possibilita uma ordenação da ação educativa ao coordenador pedagógico e aos professores.

O RCNEI traz aos integrantes da escola um trabalho educativo que acima de tudo considere a parte local do ensino, ou seja, o professor deve adequar seus planejamentos baseando-se do micro para o macro, uma vez que, o aluno compreenda que sua realidade não se resume no princípio de igualdade perante outros aldeamentos, tendo em vista, outras realidades sendo elas compostas por pluralidade de diferentes povos. É nesse contexto que todos precisam estar a par das legalizações vigentes em referenciais que norteiam a educação indígena.

Para melhor compreensão, se um aluno precisa se ausentar em dia letivo de aula para cumprir alguma obrigação dentro da aldeia, seguidas por rituais, o professor deve considerar sua falta. Neste caso, a gestão escolar deve articular métodos para que o aluno não seja prejudicado em seu desenvolvimento e aprendizagem.

A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas. Essas formas de educação tradicional podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual (BRASIL, 1998, p. 21).

Por outro lado, o documento Referencial nem sempre dá certo em algumas escolas indígenas, pelo fato de muitos não terem uma formação de qualidade e pôr não estarem situados aos seguimentos postos pelas leis, isso acaba acarretando consequências que recaem dentro da ação educativa. Continuamente, a base formal do sistema de ensino dispõe uma relação paradigmática em que a gestão escolar deve manter um olhar fixo e reflexivo a inovações e estratégias, agindo sempre com comprometimento a uma administração liberal e democrática para participação de todos.

[...]o respeito à comunidade educativa é sempre mencionado como dimensão ética de particular importância, enfatizada como fonte de conhecimento de um conjunto de atores que, junto ao próprio professor, deve conduzir o planejamento curricular. São os mais velhos, as lideranças políticas, os pais e outros parentes, os curandeiros, xamãs ou pajés, os artesãos, os agentes de saúde e agentes agroflorestais, além dos outros professores, quem fornecem o apoio necessário à construção do currículo. (BRASIL, 1998, p. 59)

Não fugindo da realidade estudada, a escola indígena apresenta uma gestão comprometida com as leis, porém existe uma ordenação burocrática de políticas administrativas das lideranças da aldeia, tendo em vista a participação do conselho escolar existente na aldeia juntamente com as lideranças representam a voz da comunidade.

Na verdade, é importante indagarmos se realmente o Referencial é efetivado dentro das escolas indígenas, considerando que o próprio sistema padroniza uma educação linear a ser alcançada. Para tanto, a força do documento está na forma como os integrantes da escola se impõe na ação educativa pelas contribuições permitidas na proposta regida no RCNEI.

Se tratando da Escola Estadual Indígena estudada, o Referencial é de grande valia na prática educativa, sendo adaptado a grade curricular de acordo com a realidade do povo Jeripankó, uma vez que existe um sistema geral para as escolas indígenas que padronizam o ensino, mas cabe a cada instituição que determina um ensino diferenciado considerar a história e a cultura que são presentes na comunidade.

Portanto, qual o verdadeiro sentido da escola indígena? Que nunca os falte uma resposta concreta para essa simples pergunta, que permite ao indígena um espaço de troca de conhecimentos, de fragmentar dois saberes sistematizando e compreendendo que suas raízes são fontes de sabedorias, o sentido da escola está na liberdade que dá naturalidade

compõe uma democracia de todos e para todos, que o ser indígena seja reconhecido pela sua identidade e que haja uma ruptura educacional na base de um sistema padronizado, para assim firmar uma escola centralizada na origem e no respeito para além de uma só história e um só povo.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Aqui serão abordados como procedeu a pesquisa, aos caminhos que direcionaram a trajetória do desenvolvimento deste estudo. Resumindo na classificação da pesquisa sob referenciais que ajudou na compreensão do tema estudado. Assim, trago neste momento a especificidade do povo Jeripankó, cultura e história.

#### **3.1 Direcionamentos da pesquisa**

Esta pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual José Carapina, situada na aldeia Ouricuri no município de Pariconha no alto sertão alagoano. Tendo caráter qualitativo, em que foram analisados textos e o documento referencial (RCNEI), que visam avaliar questões burocráticas da gestão democrática dentro da educação indígena, enfatizando os saberes construídos dentro do espaço não- formal, levando em consideração a articulação e participação da família e da comunidade. Nesse estudo, foi pesquisada a função da gestão democrática com a conjunção da cultura indígena.

Assim, a metodologia é pautada em um estudo qualitativo que segundo Gil (1994, p.73) que “A pesquisa qualitativa explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição e gravação”.

Nesse sentido, a pesquisa tem um caráter educacional formal relacionando a aspectos não-formal, buscando a compreensão através dos dados coletados, sendo relacionados aos sistemas administrativos da gestão e da comunidade, em que buscou-se entender como ocorre e se ocorre uma democracia no âmbito escolar. De acordo com Gil (2007) a pesquisa é definida como

(...) “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa

desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discursão de resultados (GIL, 2007, p.17)”.

Nesse sentido, a pesquisa discorre da problematização medida na conjunção entre a educação indígena e gestão democrática dentro de um espaço não formal em vista dos saberes indígenas que conseqüentemente foi chave norteadora para o levantamento dos dados, com isso para ligar os dois espaços formal e informal de ensino foi-se necessário uma avaliação por meio de entrevistas com o diretor, coordenador e comunidade, enfatizando o planejamento pedagógico, os princípios presentes no currículo e no Projeto Político Pedagógico da escola, sendo que estes, devem ser construídos por toda uma ação coletiva entre escola-diretor-funcionários-pais e comunidade, caminhado de acordo com as necessidades de cada aluno.

A fundamentação teórica da pesquisa está embasada nos estudos do RCNE/Indígena, artigos, documentos e livros, tendo como referências os estudos de Lück 2009, LDB 2009, Cury 2002, MEC 2004, Brasil 1998, Saviani 1994 entre outros.

Diante disso, Gil (1946, p.20) concerne que “A elaboração de um projeto depende de inúmeros fatores; o primeiro e mais importante deles refere-se à natureza do problema”. A partir daí, é dado seguimento ao projeto.

Segundo Selltiz, 1967, p. 63 (*apud* Gil 1946) a pesquisa com base exploratória:

[..] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descobertas de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”. (SELLTIZ, 1967, p. 63, *apud*, Gil 1946)

A análise procede por um roteiro de questões, que busca compreender o processo democrático medido nas dificuldades presentes no âmbito escolar e social. A escola Estadual José Carapina oferta a educação infantil, ensino fundamental e médio, seguidos por projetos como: Mais Educação e EJA.

A escola também oferece uma disciplina específica da cultura indígena, gerenciando as tradições culturais e priorizando a própria identidade da aldeia. Para tanto, é necessário conhecimento, formação e planejamento dos educadores.

Neste sentido, abordarei práticas teóricas decorrente da gestão democrática para encaminhamento dos docentes no desenvolvimento e aprendizagem do aluno esclarecendo de forma explícitas o conceito de cultura, promovendo interação entre professores e alunos, valorizando, reconhecendo e respeitando a diferença, de forma que os saberes e experiência docentes reflitam não só no meio escolar, mas também dentro do próprio meio familiar e social.

Assim, a pesquisa busca entender o processo cultural vivenciado na escola indígena considerando o valor da democratização, enfatizando ainda os processos históricos dos saberes profissionais para com os educandos, ponderando assim, um passo para construção da autonomia diante a liberdade de expressão e aceitação social. No entanto, a metodologia utilizada servirá como um fio que trabalhará de certa forma aspectos educacionais e culturais, de modo a entender os processos da gestão democrática dentro da escola.

Neste trabalho teve a participação de alguns integrantes da comunidade indígena, sendo eles o cacique, cinco famílias, uma coordenadora e o diretor da escola José Carapina. A escolha dessas pessoas se deu pelos seguintes critérios: Liderança da aldeia, conselho escolar (três famílias que fazem parte e tem um contato maior dentro do âmbito de ensino), e duas famílias que não têm nenhuma ligação, e a gestão da escola.

Em particularidades não obtive nenhuma dificuldade para entrevistá-los por fazer parte de Jeripankó, inicialmente a entrevista foi feita em cada casa com boa recepção, o cacique proibiu gravações, apenas anotações. Com o diretor e a coordenadora foi elaborada na escola. É importante deixar claro que para todas as entrevistas foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, o qual disponibiliza o acesso no campo de pesquisa para elaborar o trabalho.

No dia 23 novembro de 2018, através de uma entrevista a pesquisadora contou com a colaboração do cacique Genésio Miranda e com as cinco famílias. No primeiro momento, a recepção se deu pela liderança maior da aldeia (cacique) em sua residência o qual este, pautou todo contexto histórico da comunidade indígena, suas lutas e seus desafios para reafirmar a legalização da aldeia Jeripankó juntamente com a implementação da escola e da unidade de saúde, setores estes, que passou um longo período para serem visibilizados aos decretos para atender um público diferenciado.

Dessa maneira, questionei sobre sua participação, relação e contribuições aos aspectos identitários da cultura local dentro do âmbito de ensino.

No segundo momento, a entrevista foi realizada na casa de cada família para coleta, a primeira e a segunda não faziam parte do conselho escolar, assim, logo foi recorrido sobre seu posicionamento dentro da escola enfatizando a liberdade de participação e a democracia posta pelos seguimentos gerais da gestão e das lideranças da aldeia.

Dando continuidade, um dos entrevistados era filho do cacique, ele representava o conselho, reafirmou sua participação e a posição da comunidade no processo de escolha da gestão. A quarta que tinha um contato maior dentro da escola e das tradições culturais contribuiu detalhadamente direcionando seu envolvimento a cultura local e a participação a burocracias e democracias educativas do aldeamento. Já a quarta entrevistada que também fazia parte do conselho ressaltou pontos e contrapontos que direcionava a participação.

No dia 26 de novembro de 2018, contamos com a colaboração do diretor escolar e da coordenadora geral da escola, em que a princípio discutimos o modo democrático que os regimentos da escola seguiam aos direcionamentos da gestão democrática, logo após sua pauta, foi realizado um diálogo com a coordenadora a respeito do planejamento pedagógico direcionado a ação intercultural e identitária da aldeia.

A finalidade da entrevista viabiliza diagnósticos para constatar o alcance de uma democratização pela participação e conjunção entre as lideranças.

### **3.2 História do Povo Jeripankó: Lutas e Conquistas**

Quando os Portugueses chegaram às terras indígenas, a primeira parte a ser habitada foi à região nordeste, em decorrência disto, a cana de açúcar e as terras vista como criadoras de animais foi bem explorada e conseqüentemente a ocorreu miscigenação, que afetou grandiosamente os indígenas direcionando a perda de boa parte da língua nativa.

A trajetória histórica do povo Jeripankó foi contada sem direito a gravações pelo Cacique Genésio Miranda um dos principais fundadores da aldeia.

Os povos indígenas da aldeia Ouricuri cuja etnia Jeripankó é oriunda do povo Pankararú localizados no Alto Sertão do Estado de Pernambuco especificamente na cidade Tacaratú povoando em Brejo dos Padres. De início os troncos mais velhos que

habitavam no Ouricuri se deslocavam para as terras Parakararú para praticar os rituais, como existiam grandes quantidades de parentes eles viviam nessa mudança, os indígenas Pankararú tinha sua língua nativa Cariri, o qual e atualmente somente os mais velhos dos Pankararú falam a língua.

O povo Pankararú sofria grandes ataques até a maior parte ser escravizado, isso fez com que muitos fugissem e sendo obrigados a se deslocar para o Estado de Alagoas, passando pelo rio Moxotó, Pajeú e Serra do Simão.

Assim, em meados do século XIX propriamente em 1852 José Carapina e sua esposa Isabel foram os primeiros habitantes das terras Ouricuri, o qual moravam no Brejo. As terras Ouricuri cujo nome se deu por causa de uma fonte de mineração de água salgada que saciava a sede de quem fosse chegando ao povoado.

Para cumprir seus rituais e seus costumes resolveram formar daquela terra em uma aldeia, juntamente com o seu Genésio Miranda que se, pois, a frente da luta para conquistar a legalização da aldeia. Deslocaram-se para Brasília 38 vezes pedindo ajuda a alguns políticos e FUNAI para legitimar a demarcação de terras, em 1982 as terras do Ouricuri foi reconhecida e surgindo a aldeia Jeripankó, esse nome quer dizer que vem dos Pankararú- povo de pé de serra, dessa maneira a entrada de novas famílias como Carapina, Quintino, Caipira, Gabão, Gomes Pebas e os Bernardos, escolheram um Cacique e um Pajé, sendo Genésio Miranda como cacique oficial e Elias Bernardos como Pajé para seguir as práticas religiosas da cultura.

Porém para legalização da aldeia foi preciso uma união das famílias indígenas que não tinha aldeia, habitadas na Serra do Engenho, Figueiredo, Tabuleiro, Moxotó (poço da areia), Araticum e Piancó. Assim, formou-se a aldeia Jeripankó que atualmente existe em cerca de 1.100 habitantes só nas terras do Ouricuri e mais de 100 famílias indígenas espalhadas nas outras comunidades.

O povo Jeripankó tem como base econômica a agricultura, a implementação da primeira escola em 1982, a qual houve uma luta enorme não só do Cacique mais de todas as comunidades deram o nome de José Carapina como primeiro habitante na aldeia, e ao decorrer do tempo reconstruíram uma sede maior em 2003. Hoje a fonte de educação no caso o âmbito escolar é o ponto principal de todos, qualquer movimento indígena a escola é a referência.

Aos relatos do Cacique Genésio Miranda lideranças maiorais da aldeia Jeripankó, antes a política juntamente com o policiamento implicava na prática de suas tradições impedindo que eles exercem seus costumes, e a não existência da aldeia Jeripankó

também era um empecilho para que tais práticas não ocorressem. Portanto, entre muitas circunstâncias a principal causa da fundação da tribo se deu para salvar a sua cultura que entre exploração perdiam o direito de expor sua própria identidade.

### 3.3 Descrição do campo de pesquisa

A escola Estadual José Carapina está localizada na aldeia Ouricuri no município de Pariconha no alto sertão alagoano. Os horários destinados para o funcionamento da ação educativa dispõem do período matutino, vespertino e noturno, sendo que no horário da manhã inicia das 07h30min às 12h00min, seu intervalo é de 10h00min às 10h30min, a tarde horário de entrada é de 13h00min as 17h20min, com intervalo das 15h:00min as 15h:30min e a noite horário de entrada é de 18h00min as 22h30min, seu intervalo é das 20h:20min as 20h:20min.

**Quadro 2: descrição sobre o percentual de alunos que estudam na escola:**

MANHÃ	142
TARDE	102
NOITE	112
TOTAL	356

### 3.4 Espaço físico da escola

A escola é dividida em dois prédios, sendo uma central e outra vincular que foi a primeira escola a ser construída é um pouco mais afastada, mas ainda funciona devido a escola geral não ter espaço suficiente para demanda de alunos. No prédio geral, dispõe de 5 salas de aulas, 1 cozinha com uma dispensa, 1 sala de professores com 1 banheiro, 1 sala da direção, 1 pátio e 2 banheiros (um feminino e um masculino).

A outra escola vínculo é bem pequena dispõem de duas salas de aulas, 2 banheiros (um feminino e um masculino), 1 área e 1 cozinha.

### 3.5 Funcionários da escola

#### Quadro 3: Perfil dos profissionais da escola

<b>QUALIFICAÇÃO</b>	<b>CONTRAÇÃO</b>	<b>RESIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS</b>	<b>TOTAL DE PROFISSIONAIS</b>
Letras	1 Concursado 3 Contratados	3 Município 1 Comunidade	4
Normal superior/ Psicopedagogia	Contratado	Município	1
Licenciatura em Biologia	Contratado	Comunidade	1
Licenciatura em Pedagogia	Contratado	Comunidade	9
Licenciatura em História	1 Concursado 1 Contratado	Comunidade Município	2
Licenciatura em Matemática	Contratado	Município	1
Licenciatura em Geografia	Contratado	Município	1
Licenciatura em Biologia/gestão escolar	1 Concursado	Município	1
Licenciatura em Filosofia	Contratado	Município	1
<b>TOTAL</b>		21	

**Fonte:** quadro representativo de profissionais da escola pesquisada, criado pela autora do trabalho.

Analisando o quadro acima é importante salientar que a escola possui um projeto político pedagógico, porém se encontra em processo de atualização, mas o diretor escolar deixou inteiramente disponível para ser observado. Embora a equipe de gestão da escola seja indicada pelas lideranças da aldeia, há profissionais que são indígenas e não indígenas, uns concursados e residentes do município, e outros que são membros da comunidade local.

O PPP da Escola José Carapina está em fase de construção, sendo que de 2017 para cá já houve mudanças na base formativa dos professores, pois a maioria que não tinha concluído a formação já conseguiu concluir.

A escola oferta desde o ensino infantil até o médio, inclusive já ofertou a Educação para Jovens e Adultos, atualmente segundo relatos do diretor ainda não tem profissionais

que tenham preparação, e qualificação específica e suficiente que possam somar tais dificuldades, já que a EJA carece de um ensino de certa forma específico para atender tal demanda, sendo que segundo ele surge a necessidade de pensar melhor em mecanismos de formação para conduzir turmas e mostrar resultados.

A escola dispõe de 8 pessoas no apoio que são 3 merendeiras uma por turno, 3 auxiliares de limpeza que são serviços gerais e 2 vigias, 1 agente administrativo, 2 na coordenação, e o diretor geral. Totalizando 28 funcionários.

#### **4. ANÁLISE GERAL**

Neste capítulo serão apresentados passo a passo da coleta de dados aos posicionamentos dos entrevistados, vista deste ponto inicia-se a análise e resultados.

##### **4.1<sup>4</sup> Resultados e discussões**

Ao analisar o contexto da comunidade geral, e das particularidades da escola, a pesquisa aponta resultados requerendo inicialmente pela democracia e participação, aos quais os princípios legais incidem a obtenção de uma organização administrativa para com demandas postas dentro da aldeia.

Caminhamos a procura de afirmações diante os novos preceitos que direciona a efetivação de uma escola de qualidade seguida de uma gestão participativa que priorize acima de tudo a identidade pessoal e cultural diante as particularidades de uma educação diferenciada que pressupõe subsídios concretos a todos os sujeitos envolvidos.

##### **4.2 Pesquisa realizada com as famílias**

A primeira entrevista foi realizada com uma integrante da comunidade indígena, mãe de família, a qual reconhece e conhece todas as lutas e conquistas posta como participante do conselho escolar. A entrevistada 1 foi bem aberta e em seu diálogo apresentando-se, mostrando o orgulho da sua identidade cultural e a importância da transmissão para seus filhos.

Assim sendo, a entrevistada 1 da comunidade indígena respondeu:

---

<sup>4</sup> Entrevista desenvolvida em uma comunidade indígena (etnia Jeripankó): Escola Estadual Indígena.

*“Bom dia, eu sou a (entrevistada 1) que quer dizer mulher forte mulher guerreira, e ai eu mora aqui na aldeia, sou mãe de dois alunos que estuda, x e y, eles entram de cabeça erguida e sai de cabeça erguida muito orgulhoso por estudar numa escola indígena por que no meu caso não aconteceu isso, eu comecei estudar parei na quarta Série, depois foi que eu continuei estudar aqui na José Carapina fiz o Eja, hoje eu sou uma vitoriosa por que estudei até o 2 ano por motivo de doença parei, e por safadeza não continuei, e assim eu como mãe de aluno da José Carapina eu só tenho que agradecer a nossos pai, nossas mãe, nossos ancestrais que Deus abençoe a força encantada que iluminou pra que a gente conseguisse essa escola indígena, agradeço muito assim a Deus primeiramente e a nosso cacique Genésio se não fosse ele nós não tinha escola indígena em nossa comunidade, assim é orgulho muito grande mermo, principalmente pra meus os filhos que eles se sentem assim orgulhosos e falam assim mãe a gente ainda vai fazer uma faculdade e eu fui formado em uma escola estadual indígena” (ENTREVISTADA 1, 2018, trecho de entrevista).*

Após sua apresentação, a pesquisadora questionou a respeito do seu entendimento sobre o sentido de participação, logo, ela discorre sobre sua participação dentro do âmbito escolar:

*Olhe a participação é muito boa eu não digo só pela a comunidade, mas assim por mim por né, por que como eu sou conselheira de educação participo bastante e aí nas reuniões a gente vê que os pais eles participam muito das reuniões e partiram também da escola, onde a gente na nossa cultura indígena não trabalha só cultura indígena festiva é o ano todo, e assim a importância dos pais na sala de aula pra nós indígena é muito bom, por que a gente valoriza a nossa cultura e nós valorizamos também o prédio que a gente temos na nossa comunidade” (ENTREVISTADA 1, 2018, trecho de entrevista).*

Dessa maneira, de primeiro momento é plausível notar sua inteiração no contexto escolar, o qual demonstra muito orgulho pela conquista e inserção de uma escola específica sob a valorização cultural de seu povo.

De acordo com Lück (2009) a participação:

[...] se constitui em uma expressão de responsabilidade social inerente à expressão da democracia. Pode-se definir, portanto, a gestão democrática, como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os membros de uma coletividade, não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação. (LÜCK, 2009, p. 71)

Assim, é fundamental manter a participação, enfatizando principalmente a família, uma vez que devem participar de todas as demandas da escola, pois para que haja realmente uma gestão democrática é necessário comprometimento e responsabilidade não só dos integrantes da escola, para além, estabelecer uma relação coletivamente entre escola e comunidade.

Diante a finalidade da pesquisa questiono a respeito da sua participação na escolha da direção escolar, assim ela responde:

*“A quatro, cinco anos a gente não tinha como ter uma escolha, por que aí a gente não tinha professor formado, mas hoje a gente já tem professor pra poder agente colocar, assim, o diretor tá cansado precisa de descansar vamos trocar de direção, aí a comunidade também opta, a comunidade e liderança eles vem e indica aquele professor ou aquele coordenador pra conseguir a aquela vaga de direção da escola”* (ENTREVISTADA 1, 2018, trecho de entrevista).

Neste caso, analisando sua posição, a comunidade em si segue aos ordenamentos impostos pela liderança maior da aldeia, isto é, o cacique o qual este, por sua vez tem o poder de direcionar toda comunidade, o sentido de participação democrática repassa primeiramente sob a posição do chefe da aldeia, é nesse sentido que percebemos a importância de uma relação fixa, flexível e responsável destinada aos direcionamentos políticos organizacionais da ação coletiva.

Desse modo, pergunto como elas acompanham o processo ensino aprendizagem dos seus filhos, bem interativa em toda sua fala sempre mostrava seu amor pela cultura:

*“A gente acompanha assim, passando o que a gente aprendeu de geração em geração dos nossos antepassados, então as vezes os meus filhos, ou assim na minha comunidade não só os filhos, mais vem muito alunos pedir por que eu passe entrevista pra eles, pra que eu fale alguma coisa da nossa cultura sobre o nosso ritual várias coisas que acontece quando não sabem vem pra cá, então assim o que eu ensino pra eles é o que a gente aprendeu com nossos ancestrais, por que aí depois que eles pegar uma faculdade eles vão ter orgulho de chegar lá e falar assim: isso eu aprendi com minha mãe, isso eu aprendi com meu pai, isso eu aprendi com o pajé, isso eu aprendi com cacique, isso eu aprendi com meus professores indígenas, então assim, é uma coisa bem interessante a comunidade acompanha bastante no acompanhamento, muitos que não sabem ali vai passando pra outro, mas o nosso foco*

*aqui na aldeia é trabalhar a nossa cultura, puxar da raiz até o fim”*  
(ENTREVISTADA 1, 2018, trecho de uma entrevista).

É importante ressaltar, que manter um contado afetivo, familiar e social para além da escola, auxilia no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos, assim sendo, conforme as ideias de Picanço (2012, p. 14) “A escola não deveria viver sem a família nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra, na tentativa de alcançar um maior objetivo, qualquer um que seja, porque um melhor futuro para os alunos é, automaticamente, para toda a sociedade”.

Nesse sentido, a ausência familiar pode acarretar conseqüentemente uma lacuna no desenvolvimento do aluno, por isso tomar o processo de decisões explicito é essencial para obtenção de bons resultados.

Em seguida foi perguntado se dentro das práticas pedagógicas é perceptível um trabalho com a cultura e história indígena.

Entrevistada 1 respondeu:

*“Sim, tem o trabalho na escola, não só na festividade na celebração como o dia do índio, geralmente é direto os meninos eles trabalham muito eles faz pesquisa das árvores medicinal, eles procuram alguém que tem o conhecimento daquele trabalho e aí eles trabalham na escola muito, muito muito, jamais o professor vai deixar de acompanhar esse trabalho deles, sempre tem na escola indígena”.*(ENTREVISTADA 1, 2018, trecho de uma entrevista)

Conforme o diálogo da entrevistada 1, vê-se que a prática educativa não foge da realidade da comunidade indígena, sendo primordial efetivar dentro do plano de ação práticas regidas da parte local, considerando um currículo que englobe cada singularidade e contemple sua realidade, para que dessa forma o ensino sistematizado possa direcionar uma nova perspectiva de visão de mundo do micro para o macro.

Prosseguindo, pergunto o que ela pensa sobre o trabalho dos integrantes na escola indígena, sua resposta foi a seguinte:

*“Pra te falar a verdade eu que fui aluna da escola José Carapina, como sou conselheira, como sou mãe de aluno, eu vejo assim que todos os professor eles tem um carinho muito importante com eles, até mermo que na nossa escola indígena a maioria dos professores eles são indígenas, mas também como a criança começa do pré até a formação*

*ai tem que vim professor não indígena de fora, e assim o que eu vejo na reunião e nas visita que eu faço ao redor da escola e dentro da escola mermo, o que eu vejo é o carinho que eles tem com os alunos, mermo os branco que vem de fora, e os da comunidade não vem trabalhar na José carapina não pelo o dinheiro e sim pelo amor a cultura que eles tem pelo nossos parentes”. (ENTREVISTADA 1, 2018, trecho de uma entrevista)*

Observa-se que, o fato é que todos devem ter um pensamento flexível em torno da prática pedagógica, utilizando do senso crítico reflexível para que sua ação contemple o aluno. Para tanto, na realidade escolar sempre haverá uma defasagem dentro do âmbito de ensino, pois problemas gerais e sociais também afetam a aprendizagem do aluno.

Nessa perspectiva, foi perguntado em quais momentos comparece na escola, logo ela afirma:

*“Não só nas reunião, mas também não vou te falar que todo dia todo dia tô na escola mas de vez enquanto eu estou dentro da escola, quando eu no entro, quando eu vejo alguma coisa assim que me interessa que eu vejo que ta um poquinho errado, eu fico pôr o pátio, eu fico nas redor da escola veno o que ta acontecendo, quando eu vejo alguma coisa errada eu chego até a direção, a coordenação e falo eu vi isso assim, assim e assim e não gostei, então ali na próxima reunião que eu tiver ele tem corrigido e não acontece mais”. (ENTREVISTADA 1, 2018, trecho de uma entrevista)*

Entre vários aspectos da educação escolar Picanço (2012, p. 57) afirma que “A articulação entre a escola e a família podem ajudar a ultrapassar as dificuldades e a contribuir para a aquisição ou a melhoria dos hábitos de estudo ao longo de toda a escolaridade”. No entanto, na realidade social isso nem sempre acontece, pois, em muitas escolas existe lacunas na organização e na efetivação da participação que consequentemente persistem em dificuldades na relação escola-família.

#### **4.3 Segundo entrevistado**

A segunda pessoa a ser entrevistada do contexto geral (família), foi um senhor filho do cacique da aldeia. Sendo recebida em sua casa o qual foi bem flexível em ser entrevistado, não renegando seus conhecimentos. Como ponto de partida questionei sua posição referente à burocracia da aldeia, ele afirma que fez parte do conselho educacional

há vários anos e atualmente não faz mais, em relação à pesquisa perguntei sobre seu entendimento por participação, assim, por ele não ter escolaridade não entende o significado da palavra participação, dessa maneira sua resposta foi a seguinte: *“Rapaz eu sou ruim disso não sei fazer esses tipo de coisa não, nunca estudei, nunca fui em uma sala de aula”* (ENTREVISTADO 2, 2018, trecho de uma entrevista).

Dando seguimento, perguntei se ele participa na escolha da direção da escola:

*“Já houve, eu mermo já participei, já fiz parte do primeiro conselho escolar, só participa os conselheiros e o cacique, as vezes a comunidade participa mais é difícil, mais o direito é participar todo mundo pra vamos supor pra mudar um diretor da escola, é... depende da comunidade todinha, quanto mais todo os pais comparecer mior, pra amanhã ou depois não dizer quem botou o diretor la, ai todo mundo tem que ta por dento do assunto, ai participa, só não vai la participar quem não quer, eu mermo já participei”.*(ENTREVISTADO 2, 2018, trecho retirado de uma entrevista)

Nesse sentido, é importante ressaltar que independentemente do seu nível de alfabetização o entrevistado 2 apresenta uma compreensão no sentido de participação, de modo que a ação coletiva é uma das ferramentas para amenizar os problemas vigentes no meio educacional, para tanto, nas ideias postas pelo entrevistado, quem não participa não tem direitos de questionamentos.

Assim, ao ser questionado sobre o acompanhamento no processo ensino aprendizagem do seu filho (a), ele respondeu: *“Acompanho assim, eu posso dizer que eu acompanho porque eu tenho os filho na escola, algum poblema que acontecer e me chamar lá é claro que eu vou ajudar, vou de acordo com eles, de qualquer maneira eu tenho que resolver qualquer poblema que acontece dento de casa”* (ENTREVISTADO 2, 2018, trecho de uma entrevista).

Dessa maneira, seu ponto de vista direcionado ao termo participação, segue pela responsabilidade relacionada ao processo de convivência e valores ordenados dentro de casa, assim participar do comportamento em questão a indisciplina, seria participar das necessidades básicas da aprendizagem sistemática de ensino.

Dessa forma, para alcance de qualidade nos sistemas de ensino (FERRARI, 2011, p. 166) concerne que: *“Participando e sentindo-se parte da instituição escolar, os indivíduos transformam-se em sujeitos e ao se sentirem sujeitos, lutam para que a escola realmente responda às necessidades da sociedade e não simplesmente sirva como órgão em prol da manutenção do sistema”.* De acordo com essas ideias inteirar-se sob ações

ocorrida no âmbito escolar, possibilita uma reflexão em busca por uma escola que disponha um ensino de qualidade diante as transformações ocorrentes no meio social.

Seguindo nesse viés, ao ser questionado se percebe a existência de um trabalho com a cultura e história indígena dentro da escola, ele respondeu: *“Se não existe a obrigação é de existir, acontece porque logo nos começo não existia a cultura indígena com a escola, não existia, mas hoje eu acredito que ta existindo”* (ENTREVISTADO 2, 2018, trecho de uma entrevista).

O entrevistado 2 relata ainda sobre o trabalho dos integrantes na escola indígena, em que conforme o que presencia considera satisfatório: *“Pra mim mermo é suficiente, eles trabalha bem, porque até aqui ainda não recebi nenhuma relação que o professor é ruim o diretor é ruim, até aqui nunca soube que eles era mal pessoa, pra mim a direção da escola é boa, professor que é assim tão educando as criança”* (ENTREVISTADO 2, 2018, trecho de uma entrevista).

Nesse sentido o entrevistado sequencia sua fala sobre momentos que comparece na escola afirmando: *“Agora ai é difícil tem as hora né, por que as vez tem tempo que quando tem uma reunião assim que cabe os pai ai convida e eu vou, mas pra eu ta lá de vez em quanto eu não vou não, só quando me chamam mesmo pra uma reunião”* (ENTREVISTADO 2, 2018, trecho de uma entrevista).

Diante disso, Picanço (2012) afirma que:

A vivência na escola de uma cultura participativa entre pais/encarregados de educação e professores depende, em grande parte, da relação que estes protagonistas desencadeiam e que se torna determinante para o eficaz desenvolvimento do aluno. A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar (PICANÇO (2012, p. 41)

Assim, para o alcance de uma gestão democrática a escola deve estar inteiramente comprometida na responsabilidade de manter sempre uma articulação entre escola e família, compreendendo que deve existir um elo de transmissão de conhecimento e colaboração para o desenvolvimento dos alunos.

#### **4.4 Terceira entrevistada**

A terceira entrevistada faz parte do conselho de educação e mãe de uma criança que estuda na escola indígena, ela é bem-disposta e discorre abertamente sobre as perguntas e problemas vigentes na comunidade escolar e local. De início ao questioná-la sobre seu entendimento por participação, ela afirma:

*“Na verdade aqui na nossa comunidade o certo é todo mundo participar de todas as tradições que tem aqui dentro né, ai tem que ser todo mundo unido, se tem uma reunião na escola tem que ta todo mundo pra participar, se tem alguma coisa errada tem que vê junto pra falar o que ta errado e o certo, o poblema daqui é esse, as pessoas fala, uma comparação se nós estamos aqui reunidos elas não tem coragem de falar, depois é que vão falar, ai no participaram de nada né, se você vai pra uma reunião você ta vendo uma coisa errada e você não fala, você não tá participando”.* (ENTREVISTADA 3, 2018, trecho de uma entrevista)

Desse modo, de acordo com o documento do Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares de acordo (2004):

Assim, ao pensar a lógica e as dinâmicas de participação nas instituições escolares, é fundamental repensar os processos de decisão e deliberação, a organização e as condições de trabalho, os objetivos e as prioridades da instituição, a autonomia e a identidade escolar e, fundamentalmente, o papel dos diferentes atores sociais, bem como as estratégias para a implementação de processos coletivos de decisão, especialmente do Conselho Escolar. (BRASIL 2004, p. 14)

Nessa perspectiva, é perceptível que o grau de participação fortalece a existência e permanência de uma gestão democrática, sem participação não tem democracia, sendo que não adianta representar sem opinar, mas para, além disto, é preciso envolvimento ente as tomadas de decisões para assim obter um trabalho de qualidade.

Dessa forma, foi perguntado se a família participa na escolha da direção da escola, logo ela afirma:

*“Quando marcas reuniões assim na escola vai muita gente, votação pra diretor nunca teve aqui, nunca teve votação, só o entrevistado 7, mais nunca o povo decidiu colocar votação não fazer outras coisas”* (ENTREVISTADA 3, 2018, trecho retirado de uma entrevista).

Assim o documento do Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004, p. 34) destaca que “A instituição educativa, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que possibilitem a construção coletiva do projeto educativo, como também criar e sustentar ambientes que favoreçam essa participação”. Conseqüentemente uma democracia não se constrói com uma única mão, assim como a participação não será efetivada sem ação coletiva.

Nesse sentido dando continuidade, questionei como ela acompanha o processo ensino aprendizagem do seu filho, ela respondeu:

*“Ó na verdade antes de meu filho ir pra escola aqui em casa eu já comecei ensinar ele com o nominho dele, quando ele foi pra escola ele já sabia fazer o nome dele quase todo completo, eu ajudo ele muito aqui dentro de casa e na escola também, quase todo dia eu estou na escola, mas é que na parte da manhã eu não vou, aí eu vou a parte da tarde e da noite, só observar”*.(ENTREVISADA 3, 2018, trecho de uma entrevista)

Seguindo a entrevista perguntando se ela percebe um trabalho com a cultura e história indígena dentro do âmbito escolar.

Dessa forma a entrevistada 3 descreve:

*“Assim as vezes eu vejo eles trabalhar com essas coisas, mas eu gostaria muito que tivesse alguém que ensinasse fazer artesanato da nossa cultura ali na escola né, por que não tem professor pra ensinar eles, eles ensinam coisas assim cultural mais só que não ensina”*.(ENTREVISADA 3, 2018, trecho de uma entrevista)

Quando se pergunta o que pensa sobre o trabalho dos integrantes na escola indígena ela afirmou:

*“Minha fia no tempo desse pra cá eu to achando que a escola ta melhorando 100% por que mais pra traz os alunos só faltavam em dá na cara dos professores acredita, e hoje não, hoje parece que ta seno mais com regras os professor, ainda tem professor que é besta os alunos falam as coisas e eles fica queto, mas tem deles uns professor aí que eu gosto deles, que eles não dão moleza não, mais tem que ser assim”*.(ENTREVISADA 3, 2018, trecho de uma entrevista)

Ao final foi perguntado em quais momentos ela comparece na escola, *assim afirmou: “Eu vou mais quando é reuniões. E que nem eu to falando pra tu porque eu vendo salgado ai eu vou a parte da tarde e da noite, ai eu fico observando lá alguma coisa”* (ENTREVISTADA 3, 2018, trecho de uma entrevista).

#### **4.5 Quarta entrevistada**

A entrevistada 4 recebeu a pesquisadora em sua residência, no primeiro momento ela ficou meio fechada falando que não tinha muito entendimento, mas estaria aberta para responder o que soubesse. Dessa forma quando questionei sobre o sentido de participação, ela não conseguiu responder à questão.

No segundo momento foi perguntado se ela ou a família participa na escolha da direção da escola, sua resposta é curta objetiva: *“Não”* (ENTREVISTADA 4, 2018, trecho de uma entrevista).

Prosseguindo, foi indagado como a ela acompanha o processo ensino aprendizagem do seu filho (a), ela respondeu: *“Eu acompanho né”* (ENTREVISTADA 4, 2018, trecho de uma entrevista).

Ao ser questionada se “Percebe um trabalho com a cultura e história indígena ela afirma: *“trabalha”* (ENTREVISTADA 4, 2018, trecho de uma entrevista).

Diante o seu diálogo, a entrevistada 4 traz uma afirmação em torno do trabalho dos integrantes na escola indígena: *“Bom! todos trabalha de forma certa, mas tem que ter um pouco melhoria”*. (ENTREVISTADA 4, 2018, trecho de uma entrevista).

Dessa forma, a entrevistada 4 discorre sobre os momentos que comparece na escola:

*Quando tem uma reunião eu vou lá, as vezes eu vou lá vê também como é que as crianças ta na escola né sem ser reunião e vê como é o comportamento deles dentro da escola, eles fica lá reinando e não presta atenção na aula, ai em vez em quando tem que dá umas voltinhas por lá”*. (ENTREVISTA 4, 2018, trecho de uma entrevista)

Portanto, a participação da família é frequente, não como forma de monitoramento, pois apesar de muitos relatos transparecer isso, dentro da realidade do

povo Jeripankó existe esse costume em sempre observarem a prática dos educadores. Assim, é presumível ressaltar que não importa o grau de escolarização que o integrante familiar se encontra, na realidade o que realmente importa é dispor de um comprometimento com a educação do seu filho relacionando comunidade escolar e comunidade social, efetivando de fato o papel da família dentro do âmbito de ensino. Picanço (2012, p.11) destaca que:

A função que a família desempenha, não só não é nada fácil como deve ser exigida a responsabilidade a todos os que convivem com a(s) criança(s), desde os pais, irmãos, outros familiares, aos adultos que a rodeiam, papel esse que a maior parte das vezes, as famílias não estão preparadas para o exercer. (PICANÇO, 2012, p.11)

Assim, existe sim exigências sistematizadas que necessitam de uma atenção maior, fácil não é, mas para obtenção de qualidade e desenvolvimento na aprendizagem do educando é dever apostar na interação e conjunção entre todos, situando-se dos problemas ocorrente na escola, uma vez que a partir disso haverá uma compreensão significativa da verdadeira função da família em meio a comunidade escolar.

### **Quinta entrevistada**

No primeiro momento a 5ª entrevistada recebeu a pesquisadora em sua residência, e de início entre muita timidez relatou que é mãe de 2 filhos que estudam escola, que não chegou a terminar seus estudos, mas que estaria disposta a responder o que soubesse.

Na primeira questão quando a pesquisadora pergunta o seu entendimento sobre participação ela respondeu: *“A participação é boa por que a gente sempre chega junto pra participar de qualquer coisa que acontece”* (ENTREVISTADA 5, 2018, trecho retirado de uma entrevista).

Sem muita conversa ela referiu-se sobre sua participação na escolha da direção da escola: *“Sim a escolha da direção vai pela comunidade, por que faz uma reunião entre sala pra ele poderem escolher um”* (ENTREVISTADA 5, 2018, trecho retirado de uma entrevista).

Prossegui perguntando como ela acompanha o processo ensino aprendizagem dos seus filhos (a), ela afirma: *“Eu acompanho bem, eu vou à escola e participo dos deveres de casa de tudo”* (ENTREVISTADA 5, 2018, trecho de uma entrevista).

Ao ser questionada sobre a presença de um trabalho com a cultura e história indígena, ela respondeu: *“Percebo”* (ENTREVISTADA 5, 2018, trecho de uma entrevista).

Continuamente ao ser questionado sobre o que pensa diante do trabalho dos integrantes na escola indígena, logo ela respondeu: *“Eu acho bom, ótimo porque pelos trabalho que eles passa que eles faz”* (ENTREVISTADA 5, 2018, trecho de uma entrevista).

Em seguida foi indagado sobre os momentos comparece na escola, ela assim respondeu: *“Quase direto, porque eu sou quase um vigia por que sempre to lá olhando o movimento”* (ENTREVISTADA 5, 2018, trecho de uma entrevista).

Dessa forma, de acordo com a vivência do povo |Jeripankó a forma como o entrevistado se expressa ressaltando a palavra vigia, transparece o sentido de observar o comportamento dos alunos e o trabalho dos educadores, mas é importante enfatizar que a entrevistada 5 mora em frente à escola, o que para ela isso facilita sua vista a escola, por isso que se diz vigia por avistar de sua residência o espaço escolar.

#### **4.6 Entrevista com o cacique da aldeia Ouricuri**

O nono entrevistado foi o Cacique da aldeia Ouricuri, terra indígena Jeripankó, é a liderança maior desde a fundação da aldeia. Cacique de uma aldeia é representante maior de uma comunidade indígena direcionando a parte administrativa e organizacional diante as políticas implementadas aos princípios de uma dada sociedade, com isso a escolha de entrevistar o primeiro cacique se deu pelo tempo de atuação e por ele ter um saber tradicional e cultural maior no ambiente pesquisado.

No primeiro momento questiona-se sobre seu tempo de atuação como cacique, o qual atuou durante 20 anos, percorrendo seu diálogo ele afirma que não tem nenhum grau de escolaridade, mais que sabe escrever seu nome.

Discorrendo a entrevista, indaga-se se ele está inteirado ao planejamento e rotina da escola, logo ele respondeu:

*“É necessário que se coloque uma pessoa de responsabilidade pra assumir o cargo pela educação e a saúde, tem um caba sabido aqui, mais num adianta ser sabido e num respeitar sua sabedoria. Sei que o dia do índio é comemorado pela escola, eu sou chamado na escola pra mode que querem minha presença lá” (ENTREVISTADO 8, 2018, trecho retirado de uma entrevista).*

É interessante destacar que o papel político de um gestor escolar indígena caminha no viés de respeito e valorização pela identidade intercultural, assegurando os saberes da comunidade local e sistematizando na prática educativa ante uma interação transversal e democrática.

Dando continuidade, foi questionado qual a contribuição que como liderança maior para o trabalho com a história e a cultura local.

Dessa forma ele destaca:

*“Óia aldeia foi reconhecida em 1982, quando foi pra registrar a aldeia nós escolheu o nome Jeripankó por que vinha de Pankararú, quando foi registrar não podia por que a terra não era suficiente, ai nós foi atrás de lula cabelera que era prefeito de Delmiro Gouvea e pidimo preferência e entremo em contrato com ele, e ele comprou um pedaço de terra e duô 200 hectare, ai criou a aldeia. Só em Brasília eu dei 38 viagem no palácio do governador que o presidente da república que eu encontrei lá foi José Sarnei, o presidente da FUNAI que eu conheci lá primeiro foi RoméroEjucar, e o administrador que veipraqui foi João Freire, ai começou as primeira coisa que ele criou foi aquele grupo lá. A contribuição na escola foi com a professora Carminda, aí pronto agente levava pra carminda que todo ano fazia apresentação dos índios, passava as instrução, a cultura e a história e ela passava pra os alunos”. (ENTREVISTADO 8, 2018, trecho de uma entrevista)*

Prosseguindo a conversa foi perguntado o que ele entende por participação, brevemente respondeu: *“Participação é quando existe uma conversa com professor, quem movimenta a escola é o diretor e foi eu que botei ele na direção, tem que se interessar repassar a cultura pro mode eles participar” (ENTREVISTADA 8, trecho retirado de uma entrevista).*

Em torno das ideias apresentadas Lück apresenta:

O objetivo maior da comunidade educacional revela-se, portanto, o de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde persevere, coletivamente, não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber

produzido socialmente, mas o de aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários e é claro, os gestores. (LÜCK,2009, p. 16).

Nesse sentido, é importante enfatizar a ação coletiva frisando a inserção e construção de novos saberes sem restringir a própria identidade, em meio uma grande luta relacionada aos processos políticos e econômicos juntamente com a diversidade cultural, sobre o direito de uma educação para todos, em particular a educação indígena, que ao mercê de métodos educacionais que respeite e valorize as diferenças.

Prosseguindo, questiona-se se enquanto liderança há uma participação efetiva no âmbito escolar, dessa maneira: *“Sempre existiu, no meu mandato existia, mais houve uma inciumada fui perseguido ameaçado pelos político mais toda vida tive corage, vencia por natureza e cá pra lei até quando me defendi, tudo isso pra me tirar do mandato, e me afastei em 2002”* (ENTREVISTADO 8, trecho de uma entrevista).

Desse modo, de acordo com Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998, p. 24) “A participação da comunidade no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assume papel necessário para a efetividade de uma educação específica e diferenciada”.

Conforme tais ideias que percorrem a importância da articulação participativa, perguntei como o cacique vê a relação escola e comunidade, ele afirmou que:

*“Antes dento da escola eu quem mandava, decidia, hoje não existe mais esse respeito por que os dirigente de hoje não preserva a cultura como antes, a escola deve ser construída com professor indígena, que é da assistência a educação e a cultura”.* (ENTREVISTADO 8, 2018, trecho de uma entrevista).

Os relatos do Cacique transparecem o autoritarismo devido o seu próprio modo de vida tradicional, apesar das transformações na democracia brasileira, o entrevistado não mostra uma flexibilização em seu pensamento.

Sem muitos questionamentos as suas aptidões perguntam-se o que é educação indígena, ele respondeu: *“Educação indígena é todo saber dado por Deus, adquirido e passado e passado pelos ancestrais, um conhecimento transmitido”* (ENTREVISTADO 8, 2018, trecho de uma entrevista).

Enfim, a luta por uma escola democrática está acima de quaisquer problemas referentes à sistematização de ensino, para além disto, ser indígena e partilhar da verdadeira escola indígena implica na superação de desigualdades em busca de novos conhecimentos pela liberdade e respeito mútuo.

#### **4.7 Entrevista com o diretor da Escola Estadual Indígena**

No dia 26 de novembro fui recebida na Escola Estadual Indígena José Carapina, minha visita teve como finalidade uma entrevista com os gestores da escola. Como ponto de partida participou da entrevista o diretor da escola, o qual este foi disponível e aberto às questões.

Assim, de acordo com as ideias de Lück (2009) compreende-se que:

O diretor escolar é o líder, mentor, coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser diluída entre todos os colaboradores da gestão escolar, embora possa ser com eles compartilhada. Portanto, além do sentido abrangente, a gestão escolar constitui, em caráter delimitado, a responsabilidade principal do diretor escolar, sendo inerente ao seu trabalho a responsabilidade maior por essa gestão. (LÜCK, 2009, 23)

Dessa maneira, a pesquisadora inicia questionando-o sobre seu grau de formação e seus dados pessoais. O entrevistado 7 é formado em ciências biológicas, iniciou sua carreira acadêmica em janeiro 1999 e concluiu em 2003, logo depois, se especializou na área de em gestão escolar.

Seu tempo de atuação está centrado na ação do magistério desde 93, que segundo ele foi quando o município de Pariconha (a qual reside) se estabeleceu como independente, antes ele trabalhava em correios e por esse meio resolveu ingressar na área da educação.

Durante seu diálogo discorre sobre sua atuação na escola:

*“Nesta escola fui convidado pelo cacique da época Genésio Miranda em 2000 e aí 2003 a escola se institucionalizou da rede estadual, foi quando fui convidado a participar de uma seleção para gestores e consegui para gestor por indicação da comunidade, a nível de escolha e até hoje me encontro na gestão”.* (ENTREVISTADO 7, 2018, trecho de uma entrevista)

Nesse sentido, entre muitas teorias para verdadeira efetivação de uma gestão democrática, pauta-se inteiramente a integração de eleições diretas para escolha do diretor escolar, para tanto, aos princípios gerais da educação diferenciada, as redes estaduais da educação indígena permanece aos critérios de indicação do chefe maior da aldeia, no caso o cacique, tendo em vista que este como voz geral da comunidade deve gerir uma organização na parte política sequenciando uma ação comunicativa para posição indicativa de um dado gestor escolar.

Prosseguindo a entrevista perguntei se a escola tem Projeto Político Pedagógico, sua resposta foi a seguinte: *“Tem ppp, toda escola que fundamenta sua condução, ela deve estar fundamentada no Projeto Político Pedagógico para poder elencar suas atividades e suas ações”* (ENTREVISTADO 7, 2018, trecho retirado de uma entrevista).

Durante a conversa pergunto o que ele entende por participação, ele respondeu:

*“Eu entendo que a participação se dar no coletivo, todos os participantes de gestão devem estar articuladas, todos os seguimentos articulados para assim a gestão ter um melhor êxito, e enfim, a condição participava ela é a forma melhor de se gerir um serviço público”* (ENTREVISTADO 7, 2018, trecho retirado de uma entrevista).

Continuamente, foi indagado como se dá a participação da família na escola, logo ele afirma:

*“A participação da família se dá integralmente através de convites ou de escola mesmo aberta. Sempre que nos reunimos a gente deixa bem claro que a participação da família é fundamental porque se a escola cumpre a sua missão e o seu papel, conseqüentemente ela obterá êxito, afinal de contas família e escola é uma via de mão dupla que não pode sessar nunca”.*(ENTREVISTADO 7, 2018, trecho retirado de uma entrevista)

Dessa forma de acordo com Lück (2009):

No contexto da democratização da escola, de modo a torná-la uma instituição aberta à comunidade e de qualidade para todos, além dos preceitos legais para a sua democratização, conforme proposto na legislação vigente, uma nova estratégia tem sido acrescentada, qual seja

a escolha de diretores pela comunidade escolar, a partir dos pressupostos de que na medida em que a comunidade escolhe o seu diretor, compromete-se em apoiar a implementação de projeto político-pedagógico construído coletivamente, e passa a sentir-se parte atuante desse processo e da comunidade escolar. (LÜCK, 2019, p. 09)

Assim, conforme as ideias apresentadas a gestão democrática é um processo de contínua organização diante um contexto geral de participação, considerando a importância da inter-relação entre estratégia e transparência. Desse modo, é fundamental focalizar a construção de uma coletividade seguida a ação educativa para implementar uma democratização escolar.

Dessa maneira, percorrendo o diálogo perguntei de que forma a cultura e história local é trabalhada na escola: *“De forma sistematizada, porém, nas visitas nas reuniões familiares e escolares agente pauta sempre isso, bem é necessário a cultura estar também nesse viés escola comunidade fazendo interação”* (ENTREVISTADO 7, 2018, trecho retirado de uma entrevista).

Nesse viés conforme apresenta o documento do Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares de acordo (2004) “Isso quer dizer que os processos de participação constituem, eles próprios, processos de aprendizagem e de mudanças culturais a serem construídos cotidianamente”.

Voltando a entrevista perguntei como se dá a parceria com a comunidade e que tipo de parceria é firmada, ele diz que:

*“Parceria existe no sentido de acompanhamento das ações, das festividades, não as ações de trabalho em si, porque essas se pautam apenas para quem é funcionário, mas a relação de parceria é no sentido de a comunidade precisar da escola e a escola ceder o espaço, a escola participar mult eventos, e eu até afirmaria que a escola é o centro da comunidade, sem a escola eu acredito que a comunidade não teria uma outra forma de organização, então ela é o centro das ações, existe uma conjunção entre liderança escola, nenhum é subsidiado a outro, a comunidade escola tem uma parceria sem precisar estabelecer regras, enfim”*.(ENTREVISTADO 7, 2018, trecho retirado de uma entrevista)

Assim, ter uma escola dentro de uma comunidade é primordial para sistematização, porém para que sua missão seja equivalente é necessária uma parceira coletiva, em que haja sempre uma abertura para troca de ideias e conhecimentos, em vista disto, como não existe ensino sistematizado sem escola, não existe escola sem ensino, a

comunidade deve andar em parceria com a escola para que assim possa legitimar um campo de educação autônoma e participativo

A partir disso questionei se as lideranças participam dos planejamentos da escola e como é essa participação, em poucas palavras a entrevistada situou-se a importância da parceria para o fortalecimento do ensino diferenciado: *“As lideranças ficam a par da situação mais não interferem, elas opinam sugerem, e escola também busca parceria no sentido de criar essa interação entre ambas”* (ENTREVISTADO 7, 2018, trecho retirado de uma entrevista).

Nesse viés, em concordância com Lück (2009):

Planejar constitui-se em um processo imprescindível em todos os setores da atividade educacional. É uma decorrência das condições associadas à complexidade da educação e da necessidade de sua organização, assim como das intenções de promover mudança de condições existentes e de produção de novas situações, de forma consistente. (LÜCK, 2009, p. 32)

Fornecer uma coligação articulada entre gestão e comunidade escolar possibilita um trabalho coerente com realidade, sendo primordial na ação do planejamento, considerando ainda a flexibilização de ações voltada à construção e fixação da identidade cultural.

Se tratando de uma escola indígena a ligação entre escola e comunidade torna-se ainda mais forte, uma vez que em uma dada aldeia tudo deve ser seguido conforme seus costumes e cultura para que em nenhum momento haja uma fragmentação dos conhecimentos, tendo em vista que a construção dos princípios e valores se dá em função do modo que os sujeitos estão inseridos.

Continuando a entrevista o diretor da escola relatou a relação estabelecida entre a gestão escolar e a comunidade local, destacando: *“Temos uma relação amistosa, acho que nenhuma gestão sobreviveria a uma comunidade indígena se ela não tivesse essa interação, aceitação”* (ENTREVISTADO 7, 2018, trecho de uma entrevista).

E importante esclarecer que o gestor é indígena da comunidade, e permanece a muitos anos no cargo porque além dele não tem nenhuma pessoa da comunidade com qualificação na área para ocupação do cargo.

Assim, perguntei se a escola estabelece uma gestão e currículo diferenciado, ele replicou:

*“Estabelece um currículo diferenciado embora não negue a grade comum nacional, então a gente consegue fazer essa ponte da questão cultural, trazer os elementos culturais para a escola, fazer as aulas baseadas nos conhecimentos culturais que muito importante, então não tem como fugir né, trabalhar a questão cultural indenitárias dentro do âmbito escolar é muito útil. Enfim dá-se uma condição melhor de trabalhar e conduzir dessa forma”.* (ENTREVISTADO 7, 2018, trecho retirado de uma entrevista)

Desta maneira, é interessante destacar que tratar do currículo escolar indígena vai além da posição de conteúdos impostos pelo sistema, porém é importante perceber os aspectos gerais que envolve a construção do currículo, uma vez que é preciso considerar uma visão ampla dos costumes tradicionais da cultura indígena, possibilitando acima de tudo o respeito as diferenças diante a multiculturalidade inserida na diversidade social.

De acordo com as ideias presentes Brasil (2009, p. 19), “os currículos das escolas indígenas, construídos por seus professores em articulação com as comunidades indígenas, deverão ser aprovados pelos respectivos órgãos normativos dos sistemas de ensino”. Nesse sentido os conteúdos curriculares devem ser elaborados de acordo com a realidade vivente sendo flexíveis em torno de cada singularidade e principalmente da comunidade local, a qual suas crenças, valores e costumes são fontes enriquecedoras na educação indígena, para que assim não haja uma defasagem na parte cultural e proporcionem um resgate histórico privilegiando a originalidade dos povos indígenas.

Prosseguindo a entrevista, perguntei se o cargo de direção é feito por eleição ou indicação, ele afirmou que:

*“As escolas indígenas no Estado de Alagoas é feito por indicação nenhuma das escolas até hoje passou por o crivo da gestão democrática, ou seja da escolha, porém acredito que nesse vislumbrado da democracia escolar, todos os gestores trabalham em consonância com a gestão democrática, muito embora não se dê uma transição assim massiva de um ou outro almejar o cargo diretivo, até pela questão dos problemas que os não concursados sofrem como não ter gratificação, ta se trabalhando a questão para fazer a transição dos que não estão na gestão, mas ainda não foi muito divulgado agraciado para se pegar tamanha responsabilidade que é trabalhar três turnos e não ganhar de acordo com o papel desempenhado com a carga horaria atribuída ao cargo”*(ENTREVISTADO 7, 2018, trecho retirado de uma entrevista).

Dessa forma, a gestão democrática faz valer quando existe um conjunto de ações que não segmente o princípio participativo ao que se refere à construção de uma democracia autônoma. Dessa maneira Lück (2009, p. 10) concerne:

Especificamente com relação à indicação de diretores pela comunidade escolar, uma das estratégias adotadas tem sido a realização de exames prévios à escolha pela comunidade, de modo a garantir que os candidatos apresentem pré-requisitos mínimos de capacidade para a realização desse trabalho. (LÜCK, 2009, p.10)

Assim, dentro do ambiente estudado, os critérios utilizados pela indicação, é a qualificação, o ser pertencente a uma etnia indígena principalmente da comunidade local, ter a declaração indígena e carta de anuência que são documentos que o legalizam que é indígena, e por fim manter a comunidade inteirada nas tomadas de decisões.

É interessante salientar que a gestão democrática dentro de uma escola indígena engloba a atuação das lideranças junto com a comunidade, uma vez que é necessário articular-se conforme a administração da aldeia.

Em torno desta conversa aos segmentos legais de uma gestão democrática sobre eleições ou indicações, questionei se na Escola Estadual José Carapina existe uma gestão democrática, logo ele afirma:

*“Acredito que existe uma gestão democrática porque eu particularmente consigo fazer essa interação com a gestão democrática, eu sigo os preceitos da gestão democrática muito embora, alguém possa dizer mais você está desde de 2003 na gestão e você não deu espaço a outra pessoa, e não é verdade, não é que eu não tenha dado espaço e não tenha pleiteado inclusive em 2015 pra 2016 eu estive pondo o meu cargo à disposição, não por questão de pressões internas, mas foram pressões externas de âmbito de governo que não dava assim uma condição de trabalho digna coerente as necessidades de gestão, visto o tempo que tenho desde 2013 que não pego férias, eu não tenho ajunto nós temos dois prédios. Temos enfrentado problemas de estruturas, mas não é tanto isso é a questão de divisão de tarefas, então eu me sinto hoje pressionado e preso a todo o sistema porque eu tenho que definir todas as ações, inclusive confunde-se o meu cargo de direção com secretaria com outras ações que não poderia estar no meu crivo, e estou fazendo tudo isso. Quem tem o serviço de sala de aula da docência não tem obrigação nenhuma de fazer secretaria de cuidar dessa parte que não desrespeite, mas são colaboradores, a gente quando precisa convoca e todos eles participam, eu não gosto muito de dar esse trabalho porque eu já vejo o trabalho deles com diário, nota,*

*preparação de aula, o pessoal que hoje compõem a gestão me dão esse suporte, no caso as coordenadoras e ao invés de termos três administrativos para os 3 turnos temos apenas 1 administrativo que se sobrecarrega e uma vez ou outra eu acabo pegando o grosso da coisa, porque sei que depende muito de mim”.(ENTREVISTADO7, 2018, trecho de uma entrevista)*

Em vista disto, Lopes (2013) afirma que:

*Em uma gestão democrática as responsabilidades são divididas entre gestores, professores, pais, alunos e a comunidade em todos os momentos como planejamento, execução e avaliação de todas as atividades desenvolvidas na escola. Faz-se necessário desenvolver uma cultura escolar que priorize a participação, reconhecendo esta como instrumento fundamental para um novo modelo de gestão escolar. (LOPES, 2013, p. 43)*

A verdadeira democracia encontra-se na liberdade participativa, no ato de expor suas ideias e concepções em um processo que implica na superação dos problemas e desafios que uma política organizacional é submetida a posição de controle e aos estabelecimentos burocráticos. Assim, percorremos no pressuposto que a participação e autonomia romperão fragmentos e suscitará uma democracia.

Por fim perguntei em seu ponto de vista o que diferencia a educação escolar indígena da educação indígena, ele afirma:

*“O que diferencia é que a escola indígena sistematiza, ela traz a educação indígena, a cultura indígena para dentro do seu currículo, então esse sistematizar é que faz a diferença que agente busca criar uma forma de registro e esse registro é que faz diferença entre a cultura indígena e a cultura escolar” (ENTREVISTADO 7, 2018, trecho de uma entrevista).*

Portanto, valorizar os saberes dos povos indígenas e concretizar seus conhecimentos dentro do sistema de ensino é fazer valer o verdadeiro princípio da educação indígena de acordo com o Brasil (1998, p. 60) [...] “a escola indígena deve tornar possível essa relação entre a educação escolar e a própria vida em sua dinâmica histórica”.

#### **4.8 Entrevista com a coordenadora da Escola Estadual Indígena**

Após entrevistar o diretor, direcionei uma conversa com a coordenadora da escola. Nesse sentido, o papel do coordenador destina-se a: “O coordenador pedagógico é o profissional responsável pela formação dos professores, além de auxiliar o diretor na gestão escolar e relacionamento com os pais e a comunidade”. Lopes (2013, p. 47).

Como ponto de partida perguntei seus dados pessoais, a coordenadora (entrevistada 8) é formada em Pedagogia desde 2006, seu tempo de magistério são 18 anos, é atuante na escola José Carapina há 6 anos e está na coordenação há 4 anos.

Foi sequenciado a conversa questionado se há realmente uma prática pedagógica voltada para a cultura e história da aldeia:

*“A escola tem uma grade curricular a disciplina diferenciada que é a cultura indígena que nos fundamentais II e médio, a escola orienta que seja trabalhada questões indígenas em história ou que as discussões sobre temas indígenas sejam abordadas em sociologia”.* (ENTREVISTADA 8, trecho retirado de uma entrevista)

Prosseguindo foi perguntado e na escola todos os professores são indígenas, ela afirma que:

*“Os professores dos anos iniciais são da comunidade, as demais partes não são indígenas outros são professores vindo de fora. No entanto, a política da comunidade é que cada seleção que houver as cadeiras ocupadas por professores não indígenas deverá ser ocupada por aqueles que concluem a graduação especializada a disciplina ofertada na escola”.* (ENTREVISTADA 8, trecho retirado de uma entrevista)

Ao questionar sobre o que entende por participação, bem objetiva ela afirma *“Entendo que participação é uma ação ativa, sujeitos diante de uma problemática em busca de uma transformação ou mudança de algo”* (ENTREVISTADA 8, trecho retirado de uma entrevista).

Dessa forma quando perguntei como se dá a relação entre a coordenação e gestão da escola com as lideranças da comunidade, ela respondeu o seguinte: *“A coordenação tem total liberdade na tomada de decisões da gestão, sempre discutimos diante as principais dificuldades encontradas e deferimos a melhor maneira de lidar com problemas que acontecem na instituição”* (ENTREVISTADA 8, trecho retirado de uma entrevista).

A construção de uma escola em que a participação seja uma realidade depende, portanto, da ação de todos: dirigentes escolares, professores, estudantes, funcionários, pais de estudantes e comunidade local. Nesse processo, a articulação entre os diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são fundamentais para o exercício do aprendizado democrático que possibilite a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos. (BRASIL, 2004, p.34)

Dessa forma, é importante perceber a função de todos dentro e fora da comunidade educativa, o qual é fundamental a construção de uma autonomia em bases da participação para que desta forma seja efetivada uma escola emancipatória que construa seres críticos e reflexivos subsidiando-os a uma melhoria na aprendizagem, é importante notar que colaboração de todos em torno da educação proporciona um preenchimento de lacunas na aprendizagem resguardando a identidade local e pessoal.

Assim, retomei a entrevista perguntando quem participa do planejamento da escola, ela explicou que:

*“A escola muitas vezes tem desenvolvido em um papel independente de questões políticas da comunidade, isso porque sua instituição tem sido pouco afetiva. O conselho escolar tem papel primordial no planejamento das ações para a escola, o que de certo modo algumas lideranças atuam nesse contexto com relação ao planejamento. Para tanto, infelizmente as relações políticas tem dado de forma divergente. Não há um cacique absoluto, há grupos e lideranças. No entanto, o primeiro cacique ainda contribui com ideias políticas em momentos ímpares. Contudo, não é atuante, há outros que atuam em lutas que surgem”.* (ENTREVISTADA 8, trecho retirado de uma entrevista)

Para finalizar a entrevista perguntei de que forma as atividades desenvolvidas estimulam a participação da comunidade, ela respondeu: *“As atividades cujo contexto relaciona a cultura, essas fomentam a participação da comunidade”* (ENTREVISTADA 8, trecho retirado de uma entrevista).

#### **4.9 Resultado geral da pesquisa**

Em decorrência do problema geral deste estudo o qual viabiliza observar existência ou ausência de uma conjunção entre as lideranças da escola com as lideranças da aldeia, foi possível investir na busca pelos princípios da gestão democrática em torno

da participação. Para o alcance do objetivo geral pautado na gestão democrática, a participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa foi de suma importância.

Se tratando da Escola Estadual Indígena José Carapina aos critérios geridos dentro da aldeia Jeripankó, é presumível destacar o esforço da gestão para com o desenvolvimento da qualidade de ensino. Ao analisar os dados coletados pelas cinco famílias, vê-se que há pontos e contrapontos em relação a participação e efetivação dos mecanismos referente a escolha do gestor, diante disso, enquanto quatro integrantes da comunidade relatam uma boa participação, contrapontos surgem com a posição de uma conselheira mãe de família, que contradiz todos quando relata que um dos maiores problemas é justamente a efetivação da participação.

Observando os relatos, a cultura é o ponto mais importante na comunidade indígena, e por vezes as famílias se sentem de certa forma limitadas a padronização que o sistema oferece, almejando uma escola voltada inteiramente a cultura local.

Referente ao cacique da aldeia, observa-se em sua fala que já existiu democracia quando as existências dos saberes culturais eram bem mais fortes, isto é, em seu comando, para tanto, ele sempre se põe a primeiro plano sendo afirmado que com seu afastamento conseqüentemente não habitaria uma democracia de qualidade.

Em contradição a todas essas falas o diretor escolar apresenta uma gestão democrática, não pela forma eleitoral, mas pelo seu esforço em fazer valer todos os preceitos que compõem a democracia da educação indígena.

Ao que foi observado dentro do âmbito de ensino a gestão escolar vai além da representatividade, sendo que a gestão democrática em uma escola indígena compõe um papel fundamental na vida de sujeitos que buscam o respeito e a igualdade de direitos, sujeitos estes que estão em fase de construção e lutam para firmar sua história, para resgatar os seus valores, tendo em vista, que ser índio é amar e respeitar a sua terra, a natureza, suas origens.

O sentido da escola diferenciada é resguardar e firmar a identidade de um povo que luta por liberdade e igualdade de direitos, entendendo que a diferença entre brancos e índios está na sua cultura, em seus costumes, na busca pela reconquista do seu espaço dos seus valores, da sua força (natureza).

Dentro do campo estudado diferenciado, a gestão escolar e democrática segue aos preceitos legitimados a função da escola, a qual possui uma missão respaldada na busca de uma conjunção participativa para melhorar a qualidade de ensino. Dessa maneira em

dada escola indígena fica extremamente difícil gerir uma boa prática sem participação, no sentido de reafirmar os processos identitários e culturais.

**Figura 2: Educação centrada no ensino diferenciado, com perspectiva voltada a ação participativa entre gestão e escola entorno da cultura local.**



A gestão escolar indígena deve caminhar seus processos educativos simultaneamente com a comunidade, gerindo assim um ambiente que focalize a identidade dos povos indígenas, mas para além disto é necessário que atuem harmonicamente sem restringir a sistematização de conhecimento de mundo, trabalhando no sentido que formação de novos saberes para construção de seres críticos e reflexivos, uma vez que leve o indivíduo a abrir a mente para abranger outros espaços entendendo seus valores enquanto ser indígena.

Nesse sentido, percebe-se a importância de manter fixa uma conjunção articulada entre escola e comunidade. Conforme o papel da coordenadora escolar e do diretor geral, é certo que deixa explícito que o planejamento engaja na busca pela democracia, não restringindo a presença da família e das lideranças da aldeia.

Quando o meio social embarca em problemas burocráticos dificulta o trabalho dos integrantes da escola, pois, querendo ou não um afeta o outro. A aldeia Ouricuri cuja etnia Jeripankó passou e ainda passa por grandes turbulências políticas, reconhecimento e demarcação territorial, formando-se assim grupos de lideranças que visam benefícios e melhoria para o povo. Para tanto isso não foi posto como problema principal na implicação da ação participativa.

O fato é que todos devem estar integrados do planejamento pedagógico inclusive da construção do projeto político pedagógico, em que tem a finalidade de desenvolver uma educação conciliada com a cultura local, mas isso só é possível com um processo de conhecimento vindo das lideranças e famílias, pois como foi afirmado anteriormente nem todos os professores são indígenas e para gerirem um trabalho de qualidade e específico precisam da efetivação de conhecimentos compartilhados.

A garantia de efetivação da participação cidadã sugere, portanto, a vivência de dinâmicas coletivas de participação nas esferas de poder e de decisão, pois os processos de participação, cuja natureza, caráter e finalidades se direcionam para a implementação de dinâmicas coletivas, implicam o compromisso com o partilhamento do poder por meio de mecanismos de participação envolvendo os atores e o seu papel nesse processo. (BRASIL, 2004, p.50)

A escola também possui um conselho pautado nas lideranças da aldeia, esse conselho por sua vez participa dos processamentos gerais da escola, exemplificando, a entrada e saída de professores em função do desenvolvimento dos alunos passa também pelos integrantes que compõem o quadro de conselheiros, assim existe uma chamada “carta de anuência” que é um documento que permite a participação para prática do trabalho seja no campo educacional ou saúde, em via deste documento seu funcionamento ocorre para um controle local das lideranças, assim eles priorizam as pessoas da comunidade a escolha de quem vai participar dos cargos profissionais, quem não tem não participa.

A entrada de não indígenas ocorrem pela falta de profissionais formados em uma determinada área, neste caso eles tem obrigação de ceder a carta para não ocasionar uma falha na aprendizagem ou uma lacuna na saúde. “Nessa perspectiva, a atuação do Conselho é um sinal de que esse órgão realmente atua no processo de implementação da gestão democrática da escola como espaço coletivo e co-responsável pela gestão” (BRASIL, 2004, p.48). Nesse sentido, isso reafirma a entrada participativa aos processos educacionais.

Portanto, como resultado final de toda pesquisa é perceptível que dentro da gestão escolar da referida Escola Estadual Indígena localizada na aldeia Ouricuri, é possível manter uma gestão democrática pela indicação dos dirigentes, pois diante muitos esforços e desafios a gestão escolar faz valer o seu papel seguindo a legitimidade da democracia, considerando que a participação, autonomia e a liberdade de expressão é o principal caminho para o alcance de uma democracia justa e um ensino de qualidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância deste trabalho se dá na construção e efetivação de uma gestão democrática na comunidade indígena Jeripankó, enfatizando acima de tudo a

transparência do trabalho educativo para formação pessoal e profissional de cada sujeito. Dessa forma, a educação informal vista dentro da aldeia deve ser inteiramente considerada e trabalhada no espaço formal de sistematização de ensino, para que assim possa haver um engajamento flexível em direção ao respeito a cada singularidade.

A educação indígena prioriza a cultura, os costumes, as crenças, a força dos rituais, a divindade e a natureza, de modo que todos levam ao caminho da educação. A gestão democrática sustenta a legitimidade de direitos, igualdade, diversidade, liberdade, organização política e administrativa, tudo isso em função de uma educação em prol à cidadania.

A pesquisa só comprova que a gestão democrática diferenciada faz valer quando há espaços de trocas de saberes, conhecimentos e experiências, sendo fundamental manter sempre uma auto-reflexão sob um olhar crítico e construtivo do mundo. Referindo-se a análise escolar, a indicação da direção não implica necessariamente na falta de democracia, mas se faz valer quando existe a ação participativa, havendo articulação e interação para alcance da escola de qualidade.

As novas exigências paradigmáticas impõem sob o sistema político e administrativo uma gestão de princípios igualitários e justos, de modo que a democracia represente o fim do silenciamento e um recomeço resistente da liberdade de expressão, em virtudes da ação pedagógica, reside em direção a uma construção humana, pela efetivação e abertura de uma nova forma de pensar e fazer a educação brasileira.

Um dos maiores desafios a ser enfrentado na sociedade atual, é o foco participação, pois apesar de haver uma abertura direcionada a escola-comunidade, existe uma lacuna que precisa ser fechada, pois esse problema que vem caminhando desde antes, traz a ideia de limitação, fechando o alcance da ação coletiva e democrática. Gestão educacional e democrática é ao mesmo tempo emancipação da força pública, em direção ao desenvolvimento e formação humana.

Sobretudo, discorremos sobre a importância de vivenciar a cultura indígena dentro da educação, mostrando a realidade do povo Jeripankó, mas com intuito de evidenciar as dimensões que envolve a educação indígena, assim por toda nação indígena, devemos lutar pelo reconhecimento cultural, pois cultura e educação seguem em uma linha diversa, mas que se complementam moralmente na valorização da arte e dos processos de aprendizagens.

O verdadeiro sentido da escola centraliza-se em oportunizar o aluno na liberdade de expressão, para além, falar da escola, cultura e educação indígena é sobrepor o auto

pertencimento, abraçando sua identidade e a essência de fazer valer uma educação democrática e diferenciada. Não adianta almejar democracia no ensino, se não há uma luta em cima disto.

Assim, que a gestão democrática vai além da representatividade no sentido de concretização de direitos e de política que focalize como ponto chave a participação e a liberdade de expressão. Não existe educação sem respeito e não existe cultura sem liberdade.

Contudo, o cenário político, cultural e educacional são dimensões a serem aprimoradas e administradas legitimando a força da coletividade democrática. Por fim, que esta pesquisa possibilite um novo olhar em direcionamento da gestão e ensino diferenciado, suprimindo seus limites e contribuindo positivamente na comunidade indígena estudada e em sua educação diferenciada, envolvendo ainda espaços de discussões no âmbito acadêmico.

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2007.
- BASTOS, João Baptista. **Gestão Democrática**. Ed. DP & A, 2005.
- BRASIL. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília/ DF.5, 2004.
- [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad5.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf)
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9. 394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 2005.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Seminário Internacional: Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas**. – caderno de textos. Brasília/D.F, 2006.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/ s/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Participação**. Ed. Brasiliense, São Paulo/1994.
- CELIBERTI, Lilian, 2005. **Os sentidos da democracia e da participação**. In: “Atores, práticas e discursos da participação”. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, org, 2005. São 30 Paulo: Instituto Polis, pp. 51-58.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão Democrática da Educação: Exigências e Desafios**. RBPAAE v. 18, n.2, julho, 2002.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação**. RBPAAE – v.23, set./dez. 2007.
- SILVA, Rosilania Macedo. **Processo Histórico e Político da Gestão Democrática Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005**. cap. 1, artigo 1.1, p. 12-17.
- Escolar no Brasil**. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.6 n.2 mai/ago, 2016.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Orgs). **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 2 ed. São Paulo: Cortez (2001)
- no Processo de Ensino Aprendizagem**. LISBOA, maio de 2012.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. Cortez, 2003.
- FERRARI. Greicimara Vogt. **A Importância do Coletivo na Construção do Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar**. Perspectiva, Erechim. v.35, n.132, p.159-170, dezembro/2011.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática Com Participação Popular No Planejamento E Na Organização Da Educação Nacional.** 2014.

GADOTTI, M. **Pedagogias participativas e qualidade social da educação.** In:

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas 1946- 2007.

GIL, Carlos. (1994) **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador. Como Elaborar Projetos de Pesquisa.**

LIMA, Paulo Gomes. SANTOS, Sandra Mendes dos. **O Coordenador Pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas.** São Paulo, 2007.

LOPES, Ana Paula Padilha Custódio. **Gestão Escolar.** LINS – SP, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática.** Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARFAN, Marilda Almeida. **Educação Escolar Indígena.** Organizadora /Brasília, 2002.

MEC, MARI, UNESCO. **A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1º E 2º.** Ed. Global, 2004.

MOURA, Marlene Martins. **Autonomia e Gestão Democrática: caminhos para levar a uma Gestão da escola Pública.** Palmas, Tocantins, Brasil (2011)

NETO, Alexandre Shigunov. MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino Jesuítico no Período Colonial Brasileiro: algumas discussões.** Educar, Curitiba, 2008. Editora UFPR.

RHODEN, Kuno Paulo. **Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação.** S.J. (Pe.) 2009.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. **A Relação Entre Escola E Família: as Suas Implicações** Secretaria de Estado da Educação Superintendência de Políticas Educacionais. **Projeto Político Pedagógico.** 11ª GERE Regional de Educação, (Escola Estadual Indígena José Carapina).

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações.** In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel (Org.). **Integração das tecnologias na educação.** Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005. cap. 1, artigo 1.1, p. 12-17.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak. SOUZA, Adria Simone Duarte de. BETTIOL Célia Aparecida **A Educação Escolar Indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB**. Poiésis – revista do programa de pós-graduação em Educação – mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul, Tubarão, Jan/Jun 2017.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Reformas Educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar**. Educar, Curitiba, n. 22, p. 17-49, 2003. Editora UFPR17.

SILVA, Rosilania Macedo. **Processo Histórico e Político da Gestão Democrática Escolar no Brasil**. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.6 n.2 mai/ago 2016.

VASCONCELOS, Celso. S Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político- Pedagógico, 1982.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade**. Ed. Artmed, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas SP. Ed. Autores Associados, 2011.

TONET, Fernando. **Os direitos fundamentais e o conceito de democracia**. Canoas, vol.4, n. 1, maio 2016. REDES- Revista eletrônica direito e sociedade- <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes>

WITTMANN, Lauro Carlos; KLIPLEL, Sandra Regina. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: IBPEX, 2010. (Série Processos Educacionais).

## ANEXOS



**Imagem:** Cacique da aldeia Jeripankó

**Autor:** Rosivan Santana, (2019)



**Imagem:** Crianças Jeripankó

**Autor:** Rosivan Santana, (2019)



**Imagem:** Ritual do povo Jeripankó

**Autora:** Tailde Correia da Silva (2019)



**Imagem:** Aula de campo- crianças Jeripankó participando do ritual

**Autora:** Tailde Correia da Silva (2019)



**Imagem:** Primeira Escola Estadual Indígena- Aldeia Jeripankó (2018)

<https://www.google.com/search?q=imagem+da+escola+jose+carapina+jeripankó>.



**Imagem:** Atual Escola Estadual Indígena- Aldeia Jeripankó (2018)

<https://www.google.com/search?q=imagem+da+escola+jose+carapina+jeripankó>.

## APÊNDICE - A

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (T.C.L.E)**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA INDÍGENA**. Dos Pesquisadores Tailde Correia da Silva e Ana Cristina Conceição Santos.

A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

- 1. O estudo se destina a** compreender como acontece a gestão democrática em uma escola indígena observando sua parceria da comunidade.
- 2. A importância deste estudo é de entender** a articulação democrática entre lideranças da aldeia e lideranças da escola.
- 3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes:** Possibilitar uma reflexão acerca da importância da participação para o desenvolvimento de uma educação de qualidade; influenciar e incentivar os profissionais a buscar novos conhecimentos se especializando em uma formação contínua; promover uma análise na prática pedagógica, considerando os valores culturais presente em sua realidade.
- 4. A coleta de dados começará e terminará em Novembro.**
- 5. O estudo será feito da seguinte maneira:** entrevista.
- 6. A sua participação será nas seguintes etapas:** responder as questões.
- 7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são:** nenhum.
- 8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são:** Contribuir positivamente dentro do espaço educacional da comunidade indígena.
- 9. Você será informado (a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.**
- 10. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.**

- 11. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.**
12. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.
13. Você será indenizado (a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).
14. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu..... ,  
Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU NOME CONSETIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU

**Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):**

Instituição: Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão  
Endereço: AL-145,3849-Cidade Universitária  
Complemento:  
Cidade/ CEP: Delmiro Gouveia/ 57480-000  
Telefone: (82)32141918  
Ponto de referência: Próximo a Maria Bode

OBRIGADO

**Contato de urgência:** Sr(a). Tailde Correia da Silva

Endereço: Serra do Engenho  
Complemento:  
Cidade/ CEP: Pariconha- AL/ 57475-000  
Telefone:(82) 981492883

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a)  
Ou responsável legal e rubricar as demais  
folhas

Nome ou assinatura do pesquisador pelo  
estudo. (Rubricar as demais páginas)

## APÊNDICE - B

### Questionário

#### Diretor

Qual a formação, tempo de trabalho e quando assumiu o cargo?

Ano que se formou e que atua na escola?

1-A escola tem Projeto Político Pedagógico?

2-Qual entendimento que tem sobre participação?

3-Como se dá a participação da família na escola?

4- De que forma a cultura e história local é trabalhada na escola?

5- Como se dá a parceria com a comunidade e que tipo de parceria?

6- As lideranças participam dos planejamentos da escola? Como é essa participação?

7- Qual relação estabelecida entre a gestão escolar e comunidade local?

8- A escola estabelece uma gestão e currículo diferenciado?

9- O cargo de liderança é feita por eleição ou seleção?

10- O que diferencia a educação escolar indígena da educação indígena?

#### Coordenador Pedagógico

1-Há uma prática pedagógica voltada para a cultura e história da aldeia?

2- A escola demanda somente de professores indígenas?

3- Qual a relação entre os dirigentes da escola e os da comunidade?

4- Há um planejamento que estimule a participação cultural no meio educativo?

#### Cacique

1-Quanto tempo atua como cacique?

2- Grau de escolaridade?

3-Se está inteirado ao planejamento e rotina escolar?

4-Qual a contribuição para o trabalho com a história e cultura local?

5- Enquanto liderança, há uma participação efetiva no âmbito escolar?

6- Como o cacique vê a relação escola e comunidade?

7- O que é a educação indígena?

**Família**

- 1- Qual entendimento que a família tem sobre participação?
- 2- A família participa na eleição ou seleção do diretor?
- 3- Como a família acompanham o processo ensino aprendizagem do seu filho (a)?
- 4- Percebem se há um trabalho com a cultura e história indígena?
- 5- O que pensa sobre o trabalho dos integrantes na escola indígena?